

Deivison de Castro Rodrigues
Beatriz Cilene Mafra Neves Bigeli
Mateus Alves de Castro

Caderno de Prática Constitucional

2ª Fase da OAB - Módulo II



AYA EDITORA

2023

**Deivison de Castro Rodrigues
Beatriz Cilene Mafra Neves Bigeli
Mateus Alves de Castro**

**Caderno de Prática
Constitucional – 2ª Fase da
OAB - Módulo II**

**Ponta Grossa
2023**

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Autores

Prof.º Me. Deivison de Castro Rodrigues
Prof.ª Ma. Beatriz Cilene Mafra Neves Bigeli
Mateus Alves de Castro

Capa

AYA Editora©

Revisão

Os Autores

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora©

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Sociais Aplicadas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva
Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza
Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Andréa Haddad Barbosa
Universidade Estadual de Londrina

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz
Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos
Instituto Federal do Amapá

Prof.º Dr. Carlos López Noriega
Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica - Poli - USP

Prof.º Dr. Clécio Danilo Dias da Silva
Centro Universitário FACEX

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria De Genaro Chirolí
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota
Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis
Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.ª Ma. Denise Pereira
Faculdade Sudoeste – FASU

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig
Universidade Federal do Paraná

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos
Universidade Federal do Amapá

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva
Universidade Estadual de Londrina

Prof.º Dr. Gilberto Zammar
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus Valença

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza
Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso
Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues
Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão
Faculdade Santa Helena

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior
Universidade Federal de Roraima

Prof.º Me. Jorge Soistak
Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti
Universidade Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim
Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.ª Ma. Lucimara Glap
Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues

Universidade Norte do Paraná

Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa

Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP

Prof.º Dr. Myller Augusto Santos Gomes

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Pedro Fauth Manhães Miranda

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes

Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Parauapebas

Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira

Instituto Federal do Acre

Prof.ª Ma. Rosângela de França Bail

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

Universidade Federal do Piauí

Prof.ª Dr.ª Silvia Aparecida Medeiros

Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda Santos

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues

Instituto Federal de Santa Catarina

© 2023 - **AYA Editora** - O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição *Creative Commons* 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). Este livro, incluindo todas as ilustrações, informações e opiniões nele contidas, é resultado da criação intelectual exclusiva dos autores. Os autores detêm total responsabilidade pelo conteúdo apresentado, o qual reflete única e inteiramente a sua perspectiva e interpretação pessoal. É importante salientar que o conteúdo deste livro não representa, necessariamente, a visão ou opinião da editora. A função da editora foi estritamente técnica, limitando-se ao serviço de diagramação e registro da obra, sem qualquer influência sobre o conteúdo apresentado ou opiniões expressas. Portanto, quaisquer questionamentos, interpretações ou inferências decorrentes do conteúdo deste livro, devem ser direcionados exclusivamente aos autores.

R6961 Rodrigues, Deivison de Castro

Caderno de prática constitucional – 2ª fase da OAB - Módulo II [recurso eletrônico]. / Deivison de Castro Rodrigues...[et al.]. -- Ponta Grossa: Aya, 2023. 207 p.

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-5379-360-0

DOI: 10.47573/aya.5379.1.184

1. Direito constitucional - Brasil. I. Rodrigues, Deivison de Castro. II. Bigeli, Beatriz Cilene Mafra Neves. III. Castro, Mateus Alves de. IV. Título

CDD: 342.81

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora LTDA

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

WhatsApp: +55 42 99906-0630

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
AÇÕES DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	10
Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)	10
Competência.....	10
Legitimidade Ativa.....	12
Legitimidade Passiva	13
Objeto de ADI.....	13
Procedimentos.....	14
Medida Cautelar.....	16
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO (ADO).....	18
Legitimados.....	18
Objeto	18
Competência.....	18
Procedimento.....	19
Medida Cautelar.....	19
Efeitos da Decisão	19
AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE (ADC).....	21
Legitimados.....	21
Competência.....	21
Objeto	21
Procedimento.....	22
Medida Cautelar.....	22
Efeitos da Decisão	22
AÇÃO POPULAR	24
Introdução	24

Finalidade	24
Requisitos	24
Legitimidade.....	25
Legitimidade Ativa.....	25
Legitimidade Passiva	25
Objeto	25
Competência.....	26
Do Pedido Liminar	26
Dos efeitos da Decisão	27
AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	27
Introdução	27
Legitimidade.....	28
Legitimidade Ativa.....	28
Legitimidade Passiva	28
Competência.....	28
Medida Liminar	29
MANDADO DE SEGURANÇA	30
Introdução	30
Espécies	30
Cabimento.....	30
Legitimidade.....	31
Legitimidade Ativa.....	31
Legitimidade Passiva	32
Prazo Decadencial.....	32
Competência.....	32
Da Medida Liminar.....	33
MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO .	35
.....	35
Introdução	35
Objeto	35

Legitimidade Ativa.....	35
MANDADO DE INJUNÇÃO.....	37
Introdução	37
Legitimidade.....	37
Legitimidade Ativa.....	37
Legitimidade Passiva	38
Competência.....	38
Procedimento	39
REFERÊNCIAS.....	41
CADERNO DE TREINO.....	42
Apresentação	42
Dicas para a utilização do Módulo de Treino ...	42
ANEXO – ESPELHO DE PROVAS	199
SOBRE OS AUTORES.....	202
ÍNDICE REMISSIVO	203

Apresentação

O Caderno de Prática Constitucional – 2ª Fase da OAB é um produto acadêmico desenvolvido por meio de Programa Institucional de Bolsas e Iniciação à Extensão – PIBIX (Nº28/2021) que foi desenvolvido na Universidade Estadual do Tocantins, campus Dianópolis, entre os anos de 2021 e 2022. O objetivo principal da confecção desse material foi auxiliar a comunidade acadêmica mais carente a ter acesso ao material preparatório para a segunda fase do Exame da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. O material não teve a pretensão de exaurir toda a matéria do Direito Constitucional, mas sim apresentar os principais pontos teóricos e práticos da disciplina que tiveram maior presença nos últimos exames. O presente módulo trata sobre as Ações Constitucionais e os principais elementos de cada tipo. Por fim, ao final há uma estrutura para treino, além de dicas de estudos para a 2ª fase da OAB. A venda desse material é terminantemente proibida.

AÇÕES DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)

A ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo foi introduzida no Direito brasileiro, como visto pela Emenda Constitucional nº 16, de 26 de novembro de 1965.

Trata-se de ação pela qual os legitimados provocam a tutela jurisdicional constitucional¹.

Ressalta-se que nessa ação não há em tese pretensões individuais nem tutela de direitos subjetivos, portanto, o processo tem natureza objetiva, e só sob o aspecto formal é possível referir-se à existência de partes.

Competência

A competência para processar e julgar as ações direta de inconstitucionalidade será definida conforme o **objeto da ação**, ou seja, lei ou ato normativo federal, estadual, municipal ou distrital e o **parâmetro** ou **paradigma de confronto**, no caso, a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica do Distrito Federal (que tem status de Constituição Estadual) ou qualquer preceito com força normativa constitucional².

a) Lei ou ato normativo Estadual ou Federal em face da Constituição:

Conforme dispõe o artigo 102 da CF/88, ao Supremo Tribunal Federal compete, precipuamente, a guarda da Constituição. Nesse ínterim, desempenha ele, de modo concentrado o controle abstrato de constitucionalidade das normas em face da Carta da República. Sendo assim quando houver lei ou ato normativo estadual/federal que contrariar a Constituição, caberá ao STF processar e julgar a demanda, nos termos do artigo 102, inciso I, alínea a, da Carta Magna.

b) Lei ou ato normativo municipal ou estadual em face da Constituição

Estadual (CE):

1 BARROSO, Luís Roberto O controle de constitucionalidade no direito brasileiro: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência / Luís Roberto Barroso. – 7. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2016. (p.123)

2 LENZA, Pedro; Direito constitucional – 25. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021. (p.521)

Quando o objeto da ação for a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal ou estadual e o paradigma for a CE, a competência para processar e julgar a ADI será do Tribunal de Justiça do Estado, conforme o artigo 125, §2º, da CF/88³.

c) Lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Federal:

Não há previsão legal acerca da competência para processar e julgar lei ou ato normativo municipal em que a CF/88 seja o paradigma, no entanto pode a questão ser analisada incidentalmente no controle difuso, chegando ao STF via recurso extraordinário.

Observação: conforme entendimento firmado pelo STF em ADI 5.646 (j. 07.02.2019), “é constitucional o exercício pelos Tribunais de Justiça do controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais em face da Constituição da República, quando se tratar de normas de reprodução obrigatória pelos Estados-membros”. Portanto, admite-se através da arguição de descumprimento de preceito fundamental (Lei 9.882/99) tendo por objeto a lei municipal em face da Constituição Federal.

d) Lei ou ato normativo Distrital em face da CF/88:

Considerando que ao Distrito Federal foram atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios, a competência do órgão julgador será definida com base na natureza da norma jurídica. Portanto, lei ou ato normativo Distrital de natureza Estadual a competência para julgamento da ADI será do STF.

Caso a natureza da lei ou ato normativo seja municipal que contrariar a CF/88, não há previsão legal para que seja exercido o controle concentrado de constitucionalidade no STF, apenas difuso, entendimento da Súmula 642, do STF: “não cabe ação direta de inconstitucionalidade de lei do Distrito Federal derivada da sua competência legislativa municipal”, no entanto, pode-se ajuizar arguição de descumprimento de preceito fundamental, tendo como objeto a lei distrital de natureza municipal em face da Constituição da República, perante o TJDF, tratando-se de normas de reprodução obrigatória pelo DF, entendimento do STF em julgamento de ADI 5.646 (j. 07.02.2019).

³ “Art. 125. Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição. (...) § 2º Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão. ”

Legitimidade Ativa

Os legitimados para ajuizar ADI, estão previstos de forma taxativa no artigo 103, incisos I ao IX, da CF:

Art. 103. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:

I – o Presidente da República;

II – a Mesa do Senado Federal;

III – a Mesa da Câmara dos Deputados;

IV – a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

V – o Governador de Estado ou do Distrito Federal;

VI – o Procurador-Geral da República;

VII – o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VIII – partido político com representação no Congresso Nacional;

IX – confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

Os legitimados podem ser divididos em legitimados neutros ou universais e legitimados interessados ou especiais.

a) Legitimados universais: são aqueles que **não necessitam** de pertinência temática para ajuizar a ADI, estão dispostos nos incisos: I, II, III, VI, VII e VIII.

b) Legitimados especiais: **necessitam** demonstrar pertinência temática e estão enumerados nos incisos: IV, V e IX, são eles: a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Governador de Estado ou do Distrito Federal e confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

Observações:

- Entende-se por partido político com representação no congresso nacional aquele que possui pelo menos um Deputado Federal ou Senador;
- A representação do partido político deve ser comprovada no momento de propositura da ação e não no momento de julgamento, conforme entendimento do STF em julgamento de ADI 2.618 AgR-AgR;
- Somente a Confederação Sindical possui legitimidade ativa, os sindicatos, as federações sindicais e as centrais sindicais não são legitimadas ativas;

- Os partidos políticos com representação no Congresso Nacional, as Confederações Sindicais e Entidades de Classe de Âmbito Nacional, necessitam de assistência de advogado para propositura da ADI, com indicação de poderes específicos para atacar a norma impugnada, indicando-a, tendo em vista que não possuem capacidade postulatória.

Observação: os legitimados ativos para propor ADI cujo objeto seja ato normativo municipal e o paradigma seja a CE, serão estabelecidos de acordo com cada Constituição Estadual, conforme artigo 125, §2º da Carta Magna.

Legitimidade Passiva

A legitimidade passiva recai sobre os órgãos ou autoridades responsáveis pela lei ou pelo ato normativo objeto da ação, aos quais caberá prestar informações ao relator do processo (artigo 6º da Lei 9.868/99).

Objeto de ADI

Conforme já explicado o controle de constitucionalidade tem como objeto, lei ou ato normativo federal, estadual, municipal ou distrital, nessa linha, podem ser objeto de ADI as múltiplas espécies normativas constantes do elenco do art. 59 do texto constitucional:

a) Emenda Constitucional: sujeita-se à fiscalização formal, tendo em vista a observância do procedimento próprio para sua criação (artigo 60 e §2º, da Carta Magna), e material, pois, há conteúdos que não podem constar de emenda, por força de cláusulas pétreas (artigo 60, §4º da CF/88), bem como a Constituição Cidadã prevê limitações ao poder de emenda, que, não poderá ser exercido na vigência de intervenção federal, de estado de defesa e de estado de sítio (artigo 60, §1º). Há precedentes de declaração de inconstitucionalidade de emenda, conforme ADIn 939, ADIn 833-PR e ADIn 1420.

b) Leis Complementares: sujeita-se à fiscalização formal tendo em vista seu processo legislativo de formação (artigo 69 da CF) que deve ser aprovada por um *quorum* de maioria absoluta, bem como tem uma área de incidência específica,

com previsão expressa na Constituição Federal das matérias a ela reservadas.

c) Lei Ordinária: sujeita-se ao controle de constitucionalidade via ação direta, segundo Barroso (2017) é a via mais comum de exercícios das competências legislativas do CN, e de inovação da ordem jurídica, portanto, a lei ordinária é o objeto mais constante das ações diretas de inconstitucionalidade, e, boa parte das hipóteses de inconstitucionalidade formal refere-se ao vício de iniciativa na produção da legislação ordinária.

d) Lei delegada: sujeita-se em tese ao duplo controle de constitucionalidade, que pode recair tanto sobre a resolução do CN, que veicula a delegação, como sobre a lei delegada propriamente dita, elaborada pelo PR (artigo 68 da CF).

e) Medida Provisória: é um ato normativo emanado pelo Chefe do Executivo, com força de lei, e pode ser objeto de controle de constitucionalidade tanto quanto a seus requisitos quanto ao seu conteúdo. Os requisitos dizem respeito a relevância e urgência, prevalece entendimento do STF que o controle deve ser predominantemente político.

f) Decretos Legislativos e resoluções: estas duas espécies normativas veiculam atos privativos do CN, tendo força de Lei, portanto, sujeitam-se ao controle de constitucionalidade tanto quanto a sua forma quanto a sua matéria.

Nesse ínterim, o objeto da ADI, consiste nos atos normativos primários, federais ou estaduais, aptos a inovar na ordem jurídica, excluindo-se os atos normativos secundários, os de efeitos concretos, os anteriores à Constituição ou já revogados, os que ainda estejam em processo de formação e os que não têm suficiente grau de normatividade, BARROSO (2017).

Procedimentos

Os procedimentos de processamento e julgamento da ADI estão previstos no artigo 103, §§ 1º e 3º, da CF/88, bem como no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (RISTF) em seus artigos 169 a 178 e na legislação própria que rege o processamento e

juízo da ADI e ADC, perante o STF, Lei 9.868/99.

Conforme já foi estudado a ADI será proposta por um dos legitimados do artigo 103, **devendo indicar na petição inicial o dispositivo de lei ou ato normativo impugnado e os fundamentos jurídicos em relação a cada uma das impugnações, bem como o pedido, com suas especificações** LENZA (2021).

Importante: o ajuizamento da ADI não se sujeita a prazos decadenciais ou prescricionais, vez que atos inconstitucionais não são suscetíveis de convalidação pelo decurso do tempo.

Ressalta-se que a petição inicial quando for subscrita por Advogado deve acompanhar o instrumento da procuração com poderes específicos, indicando a lei ou ato normativo a ser impugnado, devendo a **inicial ser apresentada em duas vias, contendo cópia da lei ou do ato normativo impugnado e dos documentos necessários para comprovar a impugnação, conforme dispõe o artigo 3º da Lei 9.868/99.**

Destaca-se a atuação do Procurador Geral da República (PGR), que tanto pode atuar como legitimado ativo, ou seja, propor a ADI, bem como deve ser ouvido obrigatoriamente na condição de fiscal da lei “*custus legis*”.

Enquanto ao Advogado Geral da União cabe à defesa da norma impugnada que funciona como uma espécie de curador da presunção de constitucionalidade dos atos emanados do Poder Público.

O artigo 4º da lei retro mencionada dispõe acerca do indeferimento liminar da inicial pelo relator em caso de petição inepta, não fundamentada e manifestamente improcedente, cabendo recurso de agravo a ser apreciado pelo Pleno.

Observação: em sede de ADI não se admite a intervenção de terceiros, exceto o “*amicus curiae*”, conforme artigo 7º, §2º, da Lei nº 9.868/99.

Deve ser observado o *quórum* mínimo para iniciar a sessão de julgamento de 8 (oito) ministros, conforme artigo 22, e para, declarar a inconstitucionalidade ou constitucionalidade de pelo menos 6 (seis) ministros se manifestarem, nos termos do artigo 23, todos da Lei nº 9.868/99.

Importante: não há vinculação a causa de pedir em sede de ADI, portanto, o STF pode decidir com base em fundamentação diversa trazida pelo autor na inicial, no entanto, o pedido vincula o referido órgão julgador, ou seja, se na peça constar o pedido de inconstitucionalidade somente do artigo 1º de determinada lei, o STF, somente apreciará este artigo, conforme entendimento em ADI 6623/DF e RTJ 46/352.

Ressalta-se o caráter ambivalente do julgamento, tendo em vista que o pedido na inicial de ADI é o reconhecimento da inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, portanto, sendo julgado procedente o Pleno reconhecerá a inconstitucionalidade da norma, no entanto, se julgado improcedente será reconhecida a constitucionalidade do ato normativo impugnado, nos termos do artigo 24 da Lei nº 9.868/99.

Os efeitos da decisão em sede de ADI são:

a) eficácia erga omnes: conforme já explicado na introdução do assunto, a ADI possui natureza objetiva e não subjetiva, portanto, produz efeitos para todos que se encontram na mesma situação jurídica.

b) efeito retroativo (*ex tunc*): tendo em vista a teoria da nulidade os efeitos das decisões que julgarem como inconstitucional determinada lei ou ato normativo é nulo desde sua origem, devendo ser retirada do ordenamento jurídico, no entanto, devido à modulação dos efeitos da decisão, a nulidade pode ser mitigada em razão da segurança jurídica ou excepcional interesse social, vindo a serem restringidos os efeitos da decisão para outra oportunidade, conforme artigo 27 da Lei nº 9.868/99.

c) efeito vinculante: a decisão terá efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário (exceção do STF que poderá mudar seu entendimento) e à Administração Pública federal, estadual e municipal, nos termos do artigo 28, parágrafo único, da Lei nº 9.868/99.

Medida Cautelar

A medida cautelar em sede ADI é prevista na Constituição Federal em seu artigo 102, inciso I, alínea “p”, bem como no artigo 10 da Lei nº 9.868/99.

Nos termos da legislação vigente, salvo no período de recesso, a medida cautelar na ação direta será concedida por decisão da maioria absoluta (6 Ministros) dos membros do Tribunal, observado o disposto no art. 22 (*quorum* de instalação da sessão de julgamento com pelo menos 8 Ministros dos 11).

Após a audiência dos órgãos ou autoridades dos quais emanou a lei ou ato normativo impugnado, que deverão pronunciar-se no prazo de 5 dias, dispensada essa audiência em caso de excepcional urgência, hipótese em que o Tribunal poderá deferir a medida cautelar (art. 10, § 3º).

A medida cautelar será deferida desde que presentes os requisitos do *periculum in mora e fumus boni iuris*, suspendendo então a eficácia do ato normativo.

Os efeitos da decisão que conceder a medida terá eficácia *erga omnes* e efeito *ex nunc*, prospectivos, nos termos do artigo 11, §§ 1º e 2º da Lei nº 9.868/99, salvo se o Tribunal entender que deva conceder eficácia retroativa (*ex tunc*).

Importante: o indeferimento da medida cautelar não significa a confirmação da constitucionalidade da lei com efeito vinculante.

Ex.:

Peça prático-profissional do Exame XVII

Peça prático-profissional do Exame XXXV

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO (ADO)

A ADO também é uma ação de controle de constitucionalidade concentrado, mas diferente da ADI que visa declarar a inconstitucionalidade de ato normativo vigente, o objetivo da ADO é combater a ausência de determinada normativa pré-estabelecida pela Carta Maior, sendo reconhecida pela doutrina como “síndrome de inefetividade das normas constitucionais”.

Acerca de seus procedimentos, seguirá o mesmo da ADI, estudada anteriormente, com algumas peculiaridades.

Legitimados

Os **legitimados** ativos são os mesmos para propositura da ADI, aqueles contidos no artigo 103 da CF, enquanto a legitimidade passiva recai sobre a pessoa ou órgão responsável pela produção do ato exigido pela Constituição e que não foi editado.

Objeto

O **objeto** da ADO conforme artigo 103, §2º da CF é “**omissão de medida**” para tornar efetiva norma constitucional em razão de omissão de qualquer dos Poderes ou de órgão administrativo, ou seja, a omissão, então, pode ser do Poder Legislativo, do Poder Executivo (atos secundários de caráter geral, como regulamentos, instruções, resoluções etc.), ou do próprio Judiciário (por exemplo, a omissão em regulamentar algum aspecto processual em seu Regimento Interno), LENZA (2021).

Competência

Em relação a **competência** para processar e julgar a ADO, cabe ao STF de forma originária, conforme artigo art. 103, § 2.º, c/c, analogicamente, o art. 102, I, “a”, ambos da CRFB.

Procedimento

A **inicial** deve conter a omissão inconstitucional total ou parcial quanto ao cumprimento de dever constitucional de legislar ou quanto à adoção de providência de índole administrativa e o pedido, com suas especificações.

Observação: Difere-se do procedimento da ADI na questão que o AGU **poderá** manifestar-se no processo, ou seja, não é obrigatória sua manifestação, no entanto nos pedidos deve-se pedir a oitiva do PGR no prazo de 15 dias, bem como a intimação do agente que compõe o polo passivo no prazo de 30 dias, vide peça prático-profissional do Exame XIX da prova de ordem.

Medida Cautelar

Cabe **medida cautelar** em sede de ADO, segundo o art. 12-F da Lei n. 9.868/99, em caso de excepcional urgência e relevância da matéria, o STF, por decisão da maioria absoluta de seus membros, observado o disposto no art. 22 (quórum de instalação da sessão de julgamento com no mínimo 8 Ministros), poderá conceder medida cautelar, após a audiência dos órgãos ou autoridades responsáveis pela omissão inconstitucional, que deverão pronunciar-se no prazo de 5 dias.

A medida cautelar poderá consistir na suspensão da aplicação da lei ou do ato normativo questionado, no caso de omissão parcial, bem como na suspensão de processos judiciais ou de procedimentos administrativos, ou ainda em outra providência a ser fixada pelo Tribunal. O relator, julgando indispensável, ouvirá o Procurador-Geral da República, no prazo de 3 dias LENZA (2021).

Efeitos da Decisão

Em relação aos **efeitos da decisão** em caso de omissão imputável a um Poder (executivo, legislativo ou judiciário) o STF dará ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias, se for imputado a órgão administrativo as providências deverão ser adotadas no prazo de 30 dias, ou em prazo razoável a ser estipulado excepcionalmente pelo Supremo Tribunal Federal, tendo em vista as circunstâncias específicas do caso e o

interesse público envolvido, conforme artigo 12-H da Lei nº 9.868/99.

Ex.:

Peça prático-profissional do Exame XIX

AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE (ADC)

A ação Declaratória de Constitucionalidade foi introduzida no ordenamento jurídico brasileiro através da emenda constitucional nº03 de 1993, conforme dispõe o artigo 102, inciso I, alínea “a”, e §2º ambos da CF, cuja Lei nº 9.868/99 regula seu procedimento e julgamento.

O objetivo da ADC é de encerrar qualquer controvérsia jurídica acerca da constitucionalidade de determinada lei ou ato normativo **Federal**, transformando a presunção relativa de constitucionalidade “*juris tantum*” em presunção absoluta “*juris et de jure*”, pois, toda lei há presunção relativa de que seja constitucional desde seu nascimento em atenção ao princípio da presunção de constitucionalidade das leis, até que seja declarada inconstitucional pelo poder judiciário.

Legitimados

Os **legitimados** para propor a ADC são os mesmos da ADI, dispostos no artigo 103, inciso I ao IX da CF, importante mencionar que antes da emenda constitucional nº45 de 2004, somente o Presidente da República, a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa do Senado Federal e o Procurador-Geral da República eram os legitimados ativos.

Competência

Competência de processar e julgar a ADC é do STF, conforme estabelece o art. 102, I, “a”, da CF/88, de forma originária.

Objeto

Quanto ao **objeto** da ADC é a lei ou ato normativo **Federal** conforme dispõe o artigo 102, inciso I, alínea “a” da CF.

Procedimento

Para propositura da Ação a **inicial** deve indicar:

a) o dispositivo da lei ou do ato normativo questionado e os fundamentos jurídicos do pedido;

b) o pedido, com suas especificações;

c) a existência de **controvérsia judicial** relevante sobre a aplicação da disposição objeto da ação declaratória.

Ressalta-se a diferença do procedimento da ADI no item “c”, pois, para que seja admissível uma ADC no STF, o autor deve demonstrar a existência de relevante controvérsia judicial. É o que cita o art. 14, inciso III, da Lei n. 9.868, de 1999. Importante destacar que relevante controvérsia doutrinária não basta para o conhecimento da ação declaratória de constitucionalidade pelo STF.

O PGR deverá apresentar manifestação no prazo de 15 dias, conforme artigo 19 da Lei n. 9.868.

Importante: o AGU não se manifesta em sede de ADC, tendo em vista que sua atuação é justamente para defender a constitucionalidade do ato normativo.

Medida Cautelar

A **medida cautelar** é prevista em sede de ADC, conforme dispõe o artigo 21 da Lei n. 9.868, tendo efeito de suspender o julgamento dos processos que envolvam a aplicação da lei ou do ato normativo objeto da ação até seu julgamento definitivo.

Efeitos da Decisão

Quanto aos efeitos da decisão se assemelha com o da ADI, sendo:

a) eficácia erga omnes: (contra todos que se encontrem perante a mesma situação jurídica enfrentada no julgamento): por se tratar de processo objetivo, os efeitos da decisão atingem a todos que se encontram sob a mesma situação jurídica;

b) efeito vinculante: atinge todo o Poder Judiciário (menos o próprio STF, que poderá mudar seu entendimento), bem como o Poder Executivo e o Poder Legislativo quando executam a função administrativa. Não vinculam o Poder Legislativo e o Poder Executivo quando exercem a função legislativa, sob pena de ferir a independência entre os Poderes;

c) efeitos retroativos (*ex tunc*): a declaração de constitucionalidade retroage ao início da vigência da lei, transformando a presunção relativa de constitucionalidade em presunção absoluta de constitucionalidade. Porém, se o STF julgar improcedente a ADC, estará declarando a inconstitucionalidade da lei, situação em que poderá aplicar o art. 27, da Lei n. 9.868, portanto, os efeitos da decisão serão “*ex tunc*” pelo reconhecimento em definitivo da constitucionalidade do texto impugnado.

Ex.:

Peça prático-profissional do Exame XXXIII

Introdução

A ação popular é prevista no artigo 5º, inciso LXXIII, da CRFB/88, dispondo que qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural. Insta mencionar que possui regulação por legislação própria, a Lei n. 4.717/65.

Nesse ínterim, Ação Popular na conceituação de Hely Lopes Meirelles (2019):

“é o meio constitucional posto à disposição de qualquer cidadão para obter a invalidação de atos ou contratos administrativos – ou a estes equiparados – ilegais e lesivos do patrimônio federal, estadual e municipal, ou de suas autarquias, entidades paraestatais e pessoas jurídicas subvencionadas com dinheiros públicos”.

Finalidade

A finalidade da Ação Popular assim como o sufrágio universal é meio pelo qual se exerce a soberania popular (artigo 1º e 14 da CF/88), permitindo ao povo de forma direta fiscalizar o poder público, com base no princípio da legalidade dos atos administrativos e no conceito de que a *res pública* (República) é patrimônio do povo, MORAES (2017).

Requisitos

Inicialmente, deve haver algum tipo de **lesividade**, seja:

- a) Ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe (entendam-se entidades da administração direta, indireta, incluindo, portanto, as entidades paraestatais, como as empresas públicas, sociedades de economia mista, bem como toda pessoa jurídica subvencionada com dinheiro público);
- b) À moralidade administrativa;
- c) Ao meio ambiente;
- d) Ao patrimônio histórico e cultural.

Legitimidade

Legitimidade Ativa

A legitimidade ativa confere somente ao cidadão brasileiro, nato, naturalizado ou português equiparado, que esteja em gozo de seus direitos políticos, podem propor ação popular.

Sendo assim, excluem-se do polo ativo os estrangeiros, os apátridas, as pessoas jurídicas (vide Súmula 365 do STF) e mesmo os brasileiros que estiverem com os seus direitos políticos suspensos ou perdidos (art. 15 da CF/88). LENZA (2021).

Insta mencionar que o artigo 1º, §3º, da Lei n. 4.717/65, diz que a prova da cidadania deve acompanhar a inicial, com título de eleitor ou outro documento que corresponda, sendo assim a FGV cobrou na peça prático-profissional do Exame XXVIII, a juntada do título de eleitor do cidadão legitimado.

Legitimidade Passiva

No polo passivo conforme consta no artigo 6º da Lei n. 4.717/65, figurarão o agente que praticou o ato, a entidade lesada e os beneficiários do ato ou contrato lesivo ao patrimônio público.

Importante destacar o §3º do artigo 6º permite que a pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, abstenha-se de contestar o pedido ou atue ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.

Objeto

O objeto da Ação Popular é combater o ato ilegal ou imoral e lesivo ao patrimônio público, sem, contudo, configurar-se a última *ratio*, ou seja, não se exige o esgotamento de todos os meios administrativos e jurídicos de prevenção ou repressão aos atos ilegais ou imorais e lesivos ao patrimônio público para seu ajuizamento, MORAES (2017).

Importante destacar ainda sobre o objeto, nas lições de Meirelles (2019) que não cabe ação popular para anular lei em tese, ou seja, a norma geral, abstrata, que apenas estabelece regras de conduta para sua aplicação. Para isso a lei deve render algum ato concreto de execução, e este sim se for ilegítimo e/ou lesivo poderá ser atacado via ação popular.

Competência

Via de regra compete ao juízo de 1º grau processar e julgar a Ação Popular, sendo fixada com base na origem do ato ou omissão a serem impugnados. Por exemplo se o patrimônio lesado for da União, competente será a Justiça Federal (vide art. 5.º da Lei n. 4.717/65), e assim por diante.

Importante: a competência para julgar ação popular contra ato de qualquer autoridade, até mesmo do Presidente da República, é, em regra, do juízo competente de primeiro grau.

Exceção: caracterize-se a competência originária do STF para o julgamento da ação popular, como nas hipóteses das alíneas “f” e “n” do art. 102, I, da CF/88, quais sejam, respectivamente:

a) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;

b) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados.

Do Pedido Liminar

É possível o pedido liminar para suspender o ato lesivo impugnado, conforme artigo 5º, §4º da Lei n. 4.717/65, desde que preenchidos os requisitos legais do *periculum in mora* e *fumus boni iuris*.

Importante: a ação popular pode ser tanto preventiva, visando evitar atos lesivos,

como repressiva, buscando o ressarcimento do dano, a anulação do ato, a recomposição do patrimônio público lesado, indenização etc.

Dos efeitos da Decisão

A coisa julgada na ação popular se opera *secundum eventum litis*, ou seja, depende do resultado do processo.

As consequências do julgamento procedente são: invalidade do ato impugnado, condenação dos responsáveis e beneficiários em perdas e danos, condenação dos réus às custas e despesas com a ação, bem como honorários advocatícios e produção de efeitos de coisa julgada ***erga omnes***.

Caso seja julgada improcedente por ser infundada, também terá efeito ***erga omnes***, no entanto, se for julgada improcedente por deficiência de provas, somente produzirá coisa julgada formal, podendo qualquer cidadão intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova (art. 18 da lei), já que não terá sido analisado o mérito.

Ex.:

Peça prático-profissional do Exame XXVIII

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Introdução

A ação Civil Pública (ACP) disciplinada pela Lei 7.347/85, é instrumento processual adequado para **reprimir** ou **impedir** danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, protegendo, assim, os interesses **difusos, coletivos** e **individuais homogêneos**, desde que socialmente relevantes.

Os **interesses difusos** conforme conceituam a Lei 8.078/90, em seu artigo 81, inciso I, são os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato, como por exemplo os direitos a um

meio ambiente sadio, à vedação à propaganda enganosa e o direito à segurança pública.

Enquanto os **interesses e direitos coletivos** são os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base, como exemplo o direito à saúde, o direito a um governo honesto e eficiente e os direitos trabalhistas, artigo 81, inciso II, da Lei 8.078/90.

Os interesses **Individuais homogêneos** são os decorrentes de origem comum (artigo 81, inciso III, da Lei 8.078/90), citando-se as ações que pedem a ilegalidade da cobrança mensal de assinatura de telefone.

Legitimidade

Legitimidade Ativa

Ao ser instaurada a Lei 7.347/85, o rol dos legitimados ativos eram Ministério Público, às pessoas jurídicas estatais, autarquias e paraestatais, assim como às associações destinadas à proteção do meio ambiente ou à defesa do consumidor, posteriormente, o rol foi aumentado com a introdução da Lei 11.448/2007, acrescentando-se a Defensoria Pública, conforme se vê no artigo 5º da Lei 7.347/85.

Legitimidade Passiva

A legitimidade passiva se estende a todos os responsáveis pelos atos que originaram a ação, podendo ser pessoas físicas, jurídicas, de direito público ou privado. Enfim, todos aqueles que de algum modo concorreram para o ato que gerou a ação.

Competência

A ação civil pública e as respectivas medidas cautelares deverão ser propostas no foro do local onde ocorrer o dano (arts. 2º e 4º), no entanto, se a União, suas autarquias e empresas públicas forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, a causa correrá perante os juízes federais na forma do artigo 109, inciso I da CF/88.

Medida Liminar

Caberá pedido liminar em sede de ação civil pública, conforme preceitua o artigo 12 da Lei 7.347/85, desde que preenchidos o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*.

Ex.:

Peça prático-profissional do Exame XXI

MANDADO DE SEGURANÇA

Introdução

Na conceituação de LENZA (2021) o Mandado de Segurança (MS) é uma ação constitucional de natureza civil, qualquer que seja a do ato impugnado, seja ele administrativo, seja ele jurisdicional, criminal, eleitoral, trabalhista, etc.

A previsão legal ver-se-á no artigo 5º, inciso LXIX, da CF/88, assim, a Carta Magna prevê a concessão de mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data* quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

Observação: direito líquido e certo é aquele que pode ser demonstrado de plano mediante prova pré-constituída, sem a necessidade de dilação probatória.

Ressalta-se que o MS possui Legislação própria que disciplina sua aplicabilidade Lei nº 12.016/09.

Espécies

O mandado de segurança poderá ser **repressivo** de uma ilegalidade já cometida, ou **preventivo** quando o impetrante demonstrar justo receio de sofrer uma violação de direito líquido e certo por parte da autoridade impetrada.

Cabimento

Será cabível o MS, via de regra, contra todo ato comissivo ou omissivo de qualquer autoridade no âmbito dos Poderes de Estado e do Ministério Público, e quando ferir direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*.

Sendo assim, MORAES (2017), aponta de forma organizada os quatro requisitos identificadores do cabimento do MS:

a) ato comissivo ou omissivo de autoridade praticado pelo Poder Público ou por particular decorrente de delegação do Poder Público; e, ainda, os representantes ou órgãos de partidos políticos e os administradores de entidades autárquicas, bem como os dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, somente no que disser respeito a essas atribuições;

b) ilegalidade ou abuso de poder;

c) lesão ou ameaça de lesão;

d) caráter subsidiário: proteção ao direito líquido e certo não amparado por habeas corpus ou habeas data. Anote-se, nesse sentido, que o direito de obter certidões sobre situações relativas a terceiros, mas de interesse do solicitante (CF, art. 5º, XXXIV) ou o direito de receber certidões objetivas sobre si mesmo, não se confunde com o direito de obter informações pessoais constantes em entidades governamentais ou de caráter público, sendo o mandado de segurança, portanto, a ação constitucional cabível. Portanto, a negativa estatal ao fornecimento das informações englobadas pelo direito de certidão configura o desrespeito a um direito líquido e certo, por ilegalidade ou abuso de poder passível de correção por meio de mandado de segurança.

Legitimidade

Legitimidade Ativa

O legitimado ativo, sujeito ativo, impetrante é o detentor de “direito líquido e certo não amparado por habeas corpus ou habeas data”. Assim, dentro do rol “detentor de direito líquido e certo” incluem-se: **pessoas físicas** (brasileiras ou não, residentes ou não, domiciliadas ou não), **jurídicas, órgãos públicos despersonalizados**, porém com capacidade processual (Chefias dos Executivos, Mesas do Legislativo), **universalidades de bens e direitos** (espólio, massa falida, condomínio), **agentes políticos** (governadores, parlamentares), o **Ministério Público** etc.

Legitimidade Passiva

O Legitimado Passivo é a **autoridade coatora**, responsável pela ilegalidade ou abuso de poder, **autoridade pública** ou **agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público**.

Nesse ínterim, considera-se autoridade coatora aquela que tenha praticado o ato impugnado ou da qual emane a ordem para a sua prática, conforme determina o artigo 6º, §3º da Lei nº 12.016/09.

Equiparam-se às autoridades os representantes ou órgãos de partidos políticos e os administradores de entidades autárquicas, bem como os dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, somente no que disser respeito a essas atribuições conforme artigo 1º, §1º da Lei nº 12.016/09.

Observação: a Legislação deixa claro que não figurarão no polo passivo os administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público, não cabendo, portanto, MS em relação aos atos emanados por estes (artigo 1º, §2º).

Prazo Decadencial

O MS possui prazo decadencial para sua propositura de 120 dias a contar da data em que o interessado tiver conhecimento oficial do ato a ser impugnado, nos termos do artigo 23 da Lei nº 12.016/09.

Nesse ínterim, transcorrido o prazo sem que o interessado proponha o MS, precluso está seu direito a impetração.

Observação: dentro do prazo decadencial, o pedido de mandado de segurança poderá ser renovado, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito, e, se tratando de impetração de MS preventivo não existe aplicação do prazo decadencial.

Competência

A competência para processar e julgar o MS, dependerá da categoria da autoridade

coatora, ou seja, de quem cometeu o ato ilegal ou abusivo (polo passivo).

Sendo assim, hierarquicamente compete ao STF o julgamento do Presidente da República, da Mesa da Câmara e Mesa do Senado, o Procurador Geral da República, o Presidente do Tribunal de Contas da União e o próprio Supremo (art. 102, inciso I, alínea “d” da CF/88), importante ressaltar que não compete ao STF processar e julgar MS contra atos de outros tribunais, conforme súmula 624/STF.

Quanto ao STJ, será competente para julgar no âmbito cível os Ministros de Estado, o Comandante Geral da Marinha, da Aeronáutica e do Exército, conforme determina o artigo 105, inciso I, alínea “b” da Carta Magna, ressalta-se que o STJ não é competente para processar e julgar MS em relação a ato emanado por outros tribunais ou pelo próprio tribunal, conforme súmula 41/STJ.

Aos Tribunais Regionais Federais são competentes para julgar mandado de segurança contra ato do próprio Tribunal ou de juiz federal, conforme dispõe o artigo 108, inciso I, alínea “c” da CF/88.

E por fim, o Tribunal de Justiça de Estado será competente no âmbito cível para julgar Mandado de Segurança impetrado em face de Governador de Estado, Tribunal de Contas do Estado e contra o próprio Tribunal de Justiça.

Importante ressaltar, que, contra atos de Prefeitos e Secretarias de Município, compete ao Juízo da Comarca local para processar e julgar o MS.

Da Medida Liminar

A concessão da liminar em mandado de segurança encontra assento no próprio texto constitucional, pois, muitas vezes, para evitar o perecimento do objeto, o impetrante poderá solicitar concessão de liminar.

Nesse ínterim, determina o art. 7.º, III, da Lei n. 12.016/2009, ao despachar a inicial, **o juiz ordenará que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida**, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito,

com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica.

Nos termos do art. 7º, § 2º, da referida lei, não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.

Ex.:

Peça prático-profissional do Exame XXIII

Peça prático-profissional do Exame XXXII (apelação em MS)

MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO

Introdução

Inicialmente deve-se destacar que a grande diferença entre o Mandado de Segurança Individual (MSI) e o Mandado de Segurança Coletivo (MSC) está quanto ao seu objeto e na legitimidade ativa, mas, ressalta-se que os demais termos adotados anteriormente como “direito líquido e certo”, “ilegalidade e abuso de poder”, “legitimação passiva”, deverão ser aqui adotados no estudo do mandado de segurança coletivo.

Objeto

Quanto ao objeto destaca-se que é a proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data* (campo residual), contra atos ou omissões ilegais ou com abuso de poder de autoridade, buscando a preservação (preventivo) ou reparação (repressivo) de interesses transindividuais, sejam os **coletivos, sejam individuais homogêneos.**

A Lei n. 12.016/2009, trata de conceituar os **interesses coletivos** em seu artigo 21, parágrafo único, inciso I, sendo: “para efeito desta Lei, os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo ou categoria de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica básica”.

Enquanto os de **interesse individuais homogêneos**, são: “os decorrentes de origem comum e da atividade ou situação específica da totalidade ou de parte dos associados ou membros do impetrante.”, artigo 21, parágrafo único, inciso II.

Legitimidade Ativa

Conforme já mencionado a legitimidade passiva é a mesma do MSI, no entanto, os legitimados ativos serão outros.

Sendo assim, os legitimados para propor MSC estão dispostos no artigo 5º, inciso LXX, da CF/88, quais sejam:

a) Partido político com representação no Congresso Nacional;

b) Organização sindical, entidade de classe ou associação, desde que estejam legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos 1 ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

Observação: o requisito de funcionar há pelo menos 1 ano cabe somente as associações legalmente constituída.

Ex.:

Peça prático-profissional do Exame XXIV

MANDADO DE INJUNÇÃO

Introdução

O Mandado de Injunção (MI) está previsto no artigo LXXI da Constituição Federal, *in verbis*: “conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania”. Ressalta-se que o MI encontra amparo legal na Lei nº 13.300, de 23 de junho de 2016 que disciplina seu processo e julgamento.

Conceitua MORAES (2017) o Mandado de Injunção como uma ação constitucional de caráter civil e de procedimento especial, que visa suprir uma omissão do Poder Público, no intuito de viabilizar o exercício de um direito, uma liberdade ou uma prerrogativa prevista na Constituição Federal. Juntamente com a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, visa ao combate à síndrome de inefetividade das normas constitucionais.

Ante o exposto, para uma melhor compreensão, será utilizado o MI, quando estiverem preenchidos dois requisitos, sendo:

- a) **Norma constitucional de eficácia limitada**, prescrevendo direitos, liberdades constitucionais e prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;
- b) **Falta de norma regulamentadora**, tornando inviável o exercício dos direitos, liberdades e prerrogativas acima mencionados (omissão).

Legitimidade

Legitimidade Ativa

A legitimidade ativa recai sobre qualquer pessoa que tenha o exercício de seu direito, liberdade ou prerrogativa constitucional, inviabilizado pela ausência de norma reguladora, ou seja, pessoas naturais ou jurídicas, conforme determina o artigo 3º da Lei nº13.300/16.

Ressalta-se que o MI também poderá ter natureza coletiva, desde que haja falta de

norma reguladora no tocante a um grupo coletivo, sendo, portanto, legitimados ativos os determinados no artigo 12 da Lei nº13.300/16, *in verbis*:

Art. 12. O mandado de injunção coletivo pode ser promovido:

I - pelo Ministério Público, quando a tutela requerida for especialmente relevante para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático ou dos interesses sociais ou individuais indisponíveis;

II - por partido político com representação no Congresso Nacional, para assegurar o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas de seus integrantes ou relacionados com a finalidade partidária;

III - por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 1 (um) ano, para assegurar o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas em favor da totalidade ou de parte de seus membros ou associados, na forma de seus estatutos e desde que pertinentes a suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial;

IV - pela Defensoria Pública, quando a tutela requerida for especialmente relevante para a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal .

Legitimidade Passiva

A legitimidade passiva recai sobre o **Poder, órgão ou autoridade** que deveria editar a norma legal regulamentadora.

Ressalta-se que, somente pessoas estatais podem figurar no polo passivo da relação processual instaurada com a impetração do mandado de injunção, tendo em vista que pessoas particulares não tem a competência para editar as normas reguladoras essenciais ao direito pleiteado pelo impetrante.

Importante: além de indicar na petição inicial o poder, órgão ou autoridade no polo passivo, deve-se indicar também a pessoa jurídica que ele integra ou aquela a que está vinculado, nos termos do artigo 4º da lei do MI, e, conforme já cobrado pela FGV na Peça prático-profissional do Exame XXII.

Competência

A competência para processar e julgar MI será definida a seguir:

a) Supremo Tribunal Federal: o STF será competente para processar e julgar MI, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República,

do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Mesa de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal. (Artigo 102, inciso I, alínea “q” da CF/88);

b) Superior Tribunal de Justiça: compete ao STJ processar e julgar originariamente MI quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal. (Artigo 105, inciso I, alínea “h” da CF/88);

c) Tribunal Superior Eleitoral: será competente para processar e julgar MI em grau de Recurso, quando houver denegação pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), conforme determina o artigo 121, §4º, inciso V, da CF/88;

d) Tribunal de Justiça: será competente para processar e julgar MI contra atos omissivos de autoridades estaduais e municipais, tendo em vista que cada estado tem capacidade de se organizar por meio de Constituição própria, inteligência do artigo 125, §1º, da CF/88.

Procedimento

A petição inicial deverá ser acompanhada dos documentos necessários, caso os documentos estejam em repartição pública e seja negado o seu fornecimento, poderá o impetrante pedir a exibição do documento, nos termos do artigo 4º, §2º da Lei nº13.300/16.

A petição inicial será desde logo indeferida quando a impetração for manifestamente incabível ou manifestamente improcedente, e, da decisão de relator que indeferir a petição inicial, prescreve a lei, caberá agravo, em 5 dias, para o órgão colegiado competente para o julgamento da impetração.

Os pedidos indispensáveis a serem requeridos na inicial são:

- a) Reconhecimento da omissão e do estado de mora legislativa, a fim de que seja concedida a ordem de injunção;
- b) Determinar prazo razoável para que o impetrado promova a edição da norma

regulamentadora, salvo se, comprovado que o impetrado deixou de atender, em mandado de injunção anterior, ao prazo estabelecido para a edição da norma, (artigo 8º, inciso I, da Lei nº13.300/16).

c) Estabelecer as condições em que se dará o exercício dos direitos, das liberdades ou das prerrogativas reclamados ou, se for o caso, as condições em que poderá o interessado promover ação própria visando a exercê-los, caso não seja suprida a mora legislativa no prazo determinado, (artigo 8º, inciso II, da Lei nº13.300/16).

Observação: enquanto no Mandado de Segurança o pedido liminar é juridicamente possível, não há previsão legal para pedido liminar em sede de Mandado de Injunção.

Ex.:

Peça prático-profissional do Exame XXII

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. O controle de constitucionalidade no direito brasileiro: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência / Luís Roberto Barroso. – 7. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 01 Jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.868/99, de 10 de novembro de 1999. Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Brasília, 10 nov. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9868.htm. Acesso em: 22 jun. 2022.

_____. Lei nº 9.882/99, de 03 de dezembro de 1999. Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal. Brasília, 3 dez. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9882.htm. Acesso em: 20 maio 2022. Lei 9.868/99.

_____. Lei nº 4.717/65, de 29 de junho de 1965. Regula a ação popular. Brasília, 29 jun. 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4717.html. Acesso em: 20 maio 2022.

_____. Lei nº 7.347/85, de 24 de julho de 1985. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências. Brasília, 24 jul. 1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7347orig.htm. Acesso em: 20 maio 2022.

_____. Lei nº 8.078/90, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília, 11 set. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm. Acesso em: 20 maio 2022.

_____. Lei nº 11.448/07, de 15 de janeiro de 2007. Altera o art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública, legitimando para sua propositura a Defensoria Pública. Brasília, 15 jan. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11448.htm. Acesso em: 17 set. 2022.

_____. Lei nº 12.016/09, de 7 de agosto de 2009. Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências. Brasília, 7 ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12016.htm. Acesso em: 17 set. 2022.

_____. Lei nº 13.300/16, de 23 de junho de 2016. Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências. Brasília, 23 jun. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13300.htm. Acesso em: 17 set. 2022.

LENZA, Pedro; Direito constitucional – 25. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

MEIRELLES, Hely Lopes. Mandado de segurança e ações constitucionais / Hely Lopes Meirelles, Arnaldo Wald, Gilmar Ferreira Mendes ; com a colaboração de Marina Gaensly e Rodrigo de Oliveira Kaufmann. - 38. ed. - São Paulo : Malheiros, 2019.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional / Alexandre de Moraes. – 33. ed. rev. e atual. até a EC nº 95, de 15 de dezembro de 2016 – São Paulo: Atlas, 2017.

CADERNO DE TREINO

Apresentação

O Caderno de Prática Constitucional – 2ª Fase da OAB é um produto acadêmico desenvolvido por meio de Programa Institucional de Bolsas e Iniciação à Extensão – PIBIEX (Nº28/2021) que foi desenvolvido na Universidade Estadual do Tocantins, campus Dianópolis, entre os anos de 2021 e 2022. O objetivo principal da confecção desse material foi auxiliar a comunidade acadêmica mais carente a ter acesso ao material preparatório para a segunda fase do Exame da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. O material não teve a pretensão de exaurir toda a matéria do Direito Constitucional, mas sim apresentar os principais pontos teóricos e práticos da disciplina que tiveram maior presença nos últimos exames.

O presente módulo consiste numa estrutura para treino, além de dicas de estudos para a 2ª fase da OAB. São dez simulados com casos práticos e questões discursivas de provas anteriores. Ao final, encontram-se os links e espelhos de provas das provas delas, além de link geral para acesso à outras provas.

A venda desse material é terminantemente proibida.

Dicas para a utilização do Módulo de Treino

- Recomenda-se simular as provas no mesmo padrão de exigência da FGV.
- Certifique-se de que nenhuma distração ocorra durante a prova.
- Utilize cronômetro para marcar o tempo de avaliação da Peça Prático-profissional e das Questões subjetivas.
- Para cada questão há o espaço para resolução da peça e das questões. Lembre-se de que há um limite de espaço para cada uma delas.
- Não faça mais do que um simulado por dia, lembre-se de sempre fazer as correções das avaliações.
- Cada avaliação possui um QR code ao final ou link para direcionar aos respectivos espelhos de prova.
- JAMAIS faça a avaliação com consulta aos espelhos de provas, pois perderia o propósito do Caderno de Treino.

***ATENÇÃO:** antes de iniciar a prova, verifique se todos os seus aparelhos eletrônicos foram acondicionados e lacrados dentro da embalagem própria. caso a qualquer momento durante a realização do exame você seja flagrado portando quaisquer equipamentos proibidos pelo edital, suas provas poderão ser **ANULADAS**, acarretando em sua **ELIMINAÇÃO** do certame.

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL XIX

Determinado partido político, que possui dois deputados federais e dois senadores em seus quadros, preocupado com a efetiva regulamentação das normas constitucionais, com a morosidade do Congresso Nacional e com a adequada proteção à saúde do trabalhador, pretende ajuizar, em nome do partido, a medida judicial objetiva apropriada, visando à regulamentação do Art. 7º, inciso XXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

O partido informa, por fim, que não se pode compactuar com desrespeito à Constituição da República por mais de 28 anos.

Considerando a narrativa acima descrita, elabore a peça processual judicial objetiva adequada. **(Valor : 5,00)**

Obs.: o examinando deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BASTUNTO

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

BASTUNTO

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

BASTUNTO

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

BASUNTO

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

BASUNO

QUESTÃO 1

Durante a tramitação de determinado projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo, importantes juristas questionaram a constitucionalidade de diversos dispositivos nele inseridos. Apesar dessa controvérsia doutrinária, o projeto encaminhado ao Congresso Nacional foi aprovado, seguindo-se a sanção, a promulgação e a publicação. Sabendo que a lei seria alvo de ataques perante o Poder Judiciário em sede de controle difuso de constitucionalidade, o Presidente da República resolveu ajuizar, logo no primeiro dia de vigência, uma Ação Declaratória de Constitucionalidade.

Diante da narrativa acima, responda aos itens a seguir.

A) É cabível a propositura da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) nesse caso?

(Valor: 0,65)

B) Em sede de Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), é cabível a propositura de medida cautelar perante o Supremo Tribunal Federal? Quais seriam os efeitos da decisão do STF no âmbito dessa medida cautelar? **(Valor: 0,60)**

Obs.: o examinando deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BASTUNTO

QUESTÃO 2

Associação Antíqua, formada por colecionadores de carros antigos, observando que Mário, um de seus membros, supostamente teria infringido regras do respectivo Estatuto, designou comissão especial para a apuração dos fatos, com estrita observância das regras estatutárias. A Comissão, composta por membros de reconhecida seriedade, ao concluir os trabalhos, resolveu propor a exclusão de Mário do quadro de sócios, o que foi referendado pela Direção da Associação Antíqua.

Questionada por Mário sobre o fato de não ter tido a oportunidade de contraditar os fatos ou apresentar defesa, a Associação apresentou as seguintes alegações: em primeiro lugar, não seria possível a Mário contraditar os fatos ocorridos, já que as provas de sua ocorrência eram incontestáveis; em segundo lugar, os trâmites processuais previstos no Estatuto foram rigorosamente respeitados; em terceiro lugar, tratando-se de uma instituição privada, a Associação Antíqua tinha plena autonomia para a elaboração de suas regras estatutárias, que, no caso, permitiam a exclusão sem oitiva do acusado. Por fim, a Associação ainda alegou que Mário, ao nela ingressar, assinara um documento em que reconhecia a impossibilidade de solucionar possíveis litígios com a referida Associação pela via judicial.

Inconformado, Mário o procurou para, como advogado(a), orientá-lo sobre as questões a seguir.

A) O direito à ampla defesa e ao contraditório podem ser alegados quando regras convencionais não os preveem? **(Valor: 0,80)**

B) É possível que o Estatuto da Associação Antíqua possa estabelecer regra que afaste a apreciação da causa pelo Poder Judiciário? **(Valor: 0,45)**

Obs.: o examinando deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BASUNTO

QUESTÃO 3

No âmbito de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), foi determinada a busca e apreensão de documentos e de computadores nos escritórios das empresas do grupo investigado, tendo sido decretada, em decisão fundamentada, a indisponibilidade de bens e a quebra dos sigilos bancário e fiscal de um dos empresários envolvidos.

Com base no fragmento acima, responda, justificadamente, aos itens a seguir.

A) A medida adotada pela CPI, em relação aos bens do empresário, é amparada pela ordem constitucional? **(Valor: 0,65)**

B) A CPI poderia determinar a quebra de sigilo narrada na questão, sem autorização judicial? **(Valor: 0,60)**

Obs.: o examinando deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BASTUNTO

QUESTÃO 4

O deputado federal João da Silva, impulsionado por solicitação do seu partido, quer propor a alteração de alguns dispositivos normativos constantes da Lei nº 1.234, produzida pela via ordinária, em momento anterior à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Porém, a atual ordem constitucional dispôs que a matéria de que trata a referida Lei nº 1.234 deve ser regulamentada via Lei Complementar.

Não sabendo como proceder, o referido deputado procura auxílio de sua assessoria jurídica a fim de sanar as dúvidas a seguir.

A) É possível considerar que a Lei nº 1.234 tenha mantido a conformidade constitucional com o advento da nova Constituição? Justifique. **(Valor: 0,75)**

B) Para a alteração dos dispositivos normativos constantes da Lei nº 1.234, que espécie legislativa deve ser utilizada pelo Deputado João da Silva? Justifique. **(Valor: 0,50)**

Obs.: o examinando deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BASTUNTO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL XVII

O Partido Político "Z", que possui apenas três representantes na Câmara dos Deputados, por entender presente a violação de regras da CRFB, o procura para que, na qualidade de advogado especialista em Direito Constitucional, se posicione sobre a possibilidade de ser obtida alguma medida judicial em face da Lei Estadual "Y", de janeiro de 2015, que contém 3 (três) artigos.

De acordo com a exposição de motivos do projeto que culminou na Lei Estadual "Y", o seu objetivo é criar, no âmbito estadual, ambiente propício às discussões políticas de âmbito nacional, e, para alcançar esse objetivo, estabelece, em sua parte dispositiva, novas regras eleitorais, sendo estabelecidas, em seu artigo 1º, regras temporais sobre a criação de partidos políticos; em seu artigo 2º fica retirada a autorização para que partidos políticos com menos de cinco Deputados Federais possam ter acesso gratuito ao rádio e à televisão na circunscrição do Estado; e, por fim, em seu artigo 3º fica estabelecida a vigência imediata da referida legislação.

Elabore a peça adequada, considerando a narrativa acima. (Valor: 5,00)

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

BASTUNTO

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

BASUNTO

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

BASUNTO

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

BASUNO

QUESTÃO 1

O Congresso Nacional autorizou o Presidente da República a normatizar, por via de lei delegada, na sua forma típica ou própria (sem necessidade de posterior aprovação pelo Congresso), matéria que trata de incentivo ao parque industrial brasileiro. Ocorre, porém, que o Chefe do Poder Executivo, ao elaborar o diploma normativo, exorbitou dos poderes a ele conferidos, deixando de respeitar os limites estabelecidos pelo Congresso Nacional, por via de Resolução.

A partir dessa narrativa, responda aos itens a seguir.

A) No caso em tela, o aperfeiçoamento do ato de delegação, com a publicação da Resolução, retira do Congresso Nacional o direito de controlar, inclusive constitucionalmente, o conteúdo da Lei Delegada editada pelo Presidente da República? Justifique. **(Valor: 0,75)**

B) Caso a Resolução estabelecesse a necessidade de apreciação do projeto pelo Congresso Nacional (delegação atípica ou imprópria), poderia a Casa legislativa alterar o texto elaborado pelo Presidente da República? Justifique. **(Valor: 0,50)**

Obs.: Sua resposta deve ser fundamentada. A simples menção ao dispositivo legal não será pontuada.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO

QUESTÃO 2

Leonardo, dirigente da tradicional Agremiação X, desconfiado de que o regulamento do campeonato estadual de remo do Estado E estaria beneficiando uma agremiação em detrimento das demais - em completa violação ao princípio da igualdade -, busca auxílio jurídico. Preocupado, porém, em reduzir o tempo de disputa jurídica, Leonardo sugere ao Advogado da Agremiação X que ajuíze ação perante a Justiça comum, sem acionar as instâncias desportivas. Na condição de estudante de Direito, Leonardo fundamentou sua sugestão no princípio da inafastabilidade da jurisdição, nos termos do que indica o Art. 5º, XXXV, da Constituição Federal.

Diante do caso acima narrado, responda aos itens a seguir.

A) O encaminhamento sugerido por Leonardo deve ser seguido pelo Advogado da Agremiação X? **(Valor: 0,65)**

B) A denominada justiça desportiva profere decisões judiciais? Justifique. **(Valor: 0,60)**

Obs.: Sua resposta deve ser fundamentada. A simples menção ao dispositivo legal não será pontuada.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO

QUESTÃO 3

A Medida Provisória Z (MP Z), editada pelo Governador do Estado H com o propósito de diminuir o alto grau de evasão escolar, regulou a concessão de bolsas escolares a alunos carentes matriculados em escolas públicas estaduais. Em virtude de crise política que surgiu entre o Executivo e o Legislativo, a referida Medida Provisória não foi convertida em lei. Ultrapassado o prazo de 60 dias, a Casa Legislativa não disciplinou as relações jurídicas surgidas no período em que a MP Z vigorou. João, que se beneficiou por três meses da referida bolsa, apreensivo, relatou a Carlos, um amigo, servidor da Assembleia Legislativa, que teme ter de devolver a totalidade do valor recebido. Carlos tranquilizou-o e informou-lhe que a crise política fora debelada, de modo que a Assembleia apenas aguarda a reedição da Medida Provisória, a fim de convertê-la em lei, ainda no mesmo ano legislativo em que a MP Z perdeu a eficácia.

Considerando que a Constituição do Estado H regulou o processo legislativo em absoluta simetria com o modelo usado pela Constituição Federal, responda aos itens a seguir.

A) João terá de devolver aos cofres públicos o dinheiro recebido a título da bolsa? Fundamente. **(Valor: 0,75)**

B) A informação passada por Carlos a João encontra-se em harmonia com a sistemática constitucional? Justifique. **(Valor: 0,50)**

Obs.: Sua resposta deve ser fundamentada. A simples menção ao dispositivo legal não será pontuada.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO

QUESTÃO 4

Aprovado apenas pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, assim como no âmbito da mesma Comissão em razão dessa matéria do Senado Federal, determinado projeto de lei, que versava sobre política externa brasileira, foi levado à apreciação do Presidente da República, que resolveu vetá-lo, ao argumento de que nenhum projeto de lei pode ser aprovado sem a respectiva votação do Plenário de cada uma das casas legislativas.

Diante do relato acima, responda aos itens a seguir.

A) O veto apresentado pelo Chefe do Executivo encontra amparo constitucional? **(Valor: 0,65)**

B) É correto afirmar que, de acordo com o processo legislativo brasileiro, o veto do Presidente da República deve ser apreciado pela Casa Inicial e revisto pela Casa Revisora, dentro do prazo de quarenta e cinco dias, a contar do seu recebimento? **(Valor: 0,60)**

Obs.: Sua resposta deve ser fundamentada. A simples menção ao dispositivo legal não será pontuada.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BASUNO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL XXI

A Associação Alfa, constituída há 3 (três) anos, cujo objetivo é a defesa do patrimônio social e, particularmente, do direito à saúde de todos, mostrou-se inconformada com a negativa do Posto de Saúde Gama, gerido pelo Município Beta, de oferecer atendimento laboratorial adequado aos idosos que procuram esse serviço. O argumento das autoridades era o de que não havia profissionais capacitados e medicamentos disponíveis em quantitativo suficiente. Em razão desse estado de coisas e do elevado número de idosos correndo risco de morte, a Associação resolveu peticionar ao Secretário municipal de Saúde, requerendo providências imediatas para a regularização do serviço público de Saúde.

O Secretário respondeu que a situação da Saúde é realmente precária e que a comunidade precisa ter paciência e esperar a disponibilização de repasse dos recursos públicos federais, já que a receita prevista no orçamento municipal não fora integralmente realizada. Reiterou, ao final e pelas razões já aventadas, a negativa de atendimento laboratorial aos idosos. Apesar disso, as obras públicas da área de lazer do bairro em que estava situado o Posto de Saúde Gama, nos quais eram utilizados exclusivamente recursos públicos municipais, continuaram a ser realizadas.

Considerando os dados acima, na condição de advogado(a) contratado(a) pela Associação Alfa, elabore a medida judicial cabível para o enfrentamento do problema, inclusive com providências imediatas, de modo que seja oferecido atendimento adequado a todos os idosos que venham a utilizar os serviços do Posto de Saúde. A demanda exigirá dilação probatória. **(Valor: 5,00)**

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

BASTUNTO

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

BRASCUINHO

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

BASUNTO

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

BRASCUINHO

QUESTÃO 1

O Governador do Estado Z, no decorrer de seu mandato, é processado por agredir fisicamente um funcionário do hotel em que se hospedara no decorrer de suas férias, pois esse funcionário não teria tido o devido cuidado no transporte de suas malas. O fato ganhou as manchetes dos meios de comunicação, o que deu origem a uma forte pressão popular para que o agente político respondesse penalmente pelo desvio de conduta cometido.

O Governador, preocupado, alega em sua defesa que se trata de conduta não passível de responsabilização, pois, quando a Constituição estabelece que o Presidente da República não responde por crimes estranhos ao exercício de sua função, estende tal direito, com base no princípio da simetria, a todos os chefes de Poder Executivo.

Sobre o fato descrito, responda aos itens a seguir.

A) Tem razão o Governador quando afirma que, se a conduta descrita fosse praticada pelo Presidente da República, este não responderia criminalmente? Justifique. **(Valor: 0,60)**

B) No caso em tela, o Ministério Público poderia ajuizar a ação penal, de imediato, em face do Governador? Justifique. **(Valor: 0,65)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO

QUESTÃO 2

O Governador de um Estado-membro da Federação vem externando sua indignação à mídia, em relação ao conteúdo da Lei Estadual nº 1234/15. Este diploma normativo, que está em vigor e resultou de projeto de lei de iniciativa de determinado deputado estadual, criou uma Secretaria de Estado especializada no combate à desigualdade racial. Diante de tal quadro, o Governador resolveu ajuizar, perante o Supremo Tribunal Federal, uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) impugnando a Lei Estadual nº 1234/15.

Com base no fragmento acima, responda, justificadamente, aos itens a seguir.

A) A Lei Estadual nº 1234/15 apresenta algum vício de inconstitucionalidade? **(Valor: 0,60)**

B) É cabível a medida judicial proposta pelo Governador? **(Valor: 0,65)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BASUNTO

QUESTÃO 3

Luís, governador do estado Beta, pertence a uma família de grande prestígio na esfera política estadual e é casado com Carla, que pertence a outro importante clã político do mesmo estado. Após alguns desentendimentos públicos, todos devidamente acompanhados pela mídia, o casal se divorciou. Imediatamente, Carla busca um advogado e solicita orientação sobre a possibilidade de concorrer ao cargo de governador do estado Beta. Porém, passadas duas semanas da consulta, Luís tem um infarto, não resiste e falece.

De acordo com o caso concreto acima narrado e tendo por referência os aspectos jurídico-constitucionais que fundamentam o sistema jurídico brasileiro, responda aos itens a seguir.

A) Qual a resposta corretamente dada a Carla pelo advogado? (Valor: 0,60)

B) O advogado daria a mesma resposta, caso Carla o tivesse procurado após o falecimento de Luís? (Valor: 0,65)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BASTUNTO

QUESTÃO 4

O prefeito do Município Sigma envia projeto de lei ao Poder Legislativo municipal, que fixa o valor do subsídio do chefe do Poder Executivo em idêntico valor ao subsídio mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Tal projeto é aprovado pela Câmara de Vereadores e sancionado pelo Chefe do Poder Executivo. No dia seguinte ao da publicação da referida norma municipal, o vereador José, do município Sigma, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, a fim de que fosse tal lei declarada inconstitucional.

Diante do exposto, responda aos itens a seguir.

A) Há vício de inconstitucionalidade na norma municipal? Justifique. **(Valor: 0,85)**

B) A medida judicial adotada pelo Vereador está correta? Justifique. **(Valor: 0,40)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BASTUNTO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL XXII

Servidores públicos do Estado Beta, que trabalham no período da noite, procuram o Sindicato ao qual são filiados, inconformados por não receberem adicional noturno do Estado, que se recusa a pagar o referido benefício em razão da inexistência de lei estadual que regulamente as normas constitucionais que asseguram o seu pagamento.

O Sindicato resolve, então, contratar escritório de advocacia para ingressar com o adequado remédio judicial, a fim de viabilizar o exercício em concreto, por seus filiados, da supramencionada prerrogativa constitucional, sabendo que há a previsão do valor de vinte por cento, a título de adicional noturno, no Art. 73 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Considerando os dados acima, na condição de advogado(a) contratado(a) pelo Sindicato, utilizando o instrumento constitucional adequado, elabore a medida judicial cabível. **(Valor: 5,00)**

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BASUNO

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

BASTUNTO

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

BASTUNTO

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

BASUNTO

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

BASUNTO

QUESTÃO 1

Suponha a seguinte situação hipotética: determinada Emenda Constitucional, promulgada em março de determinado ano, altera o regime das coligações eleitorais dos partidos políticos. Nos atos das disposições transitórias, a própria Emenda Constitucional estabelece que as novas regras atinentes às coligações partidárias já deverão ser observadas nas próximas eleições, que ocorrerão em outubro do mesmo ano.

Com base no fragmento acima, responda, fundamentadamente, aos itens abaixo:

A) A referida Emenda Constitucional apresenta alguma violação aos limites constitucionais impostos ao Poder Constituinte Derivado Reformador? Justifique. **(Valor: 0,70)**

B) No âmbito do ordenamento constitucional brasileiro, é correto afirmar que ainda vigora a obrigatoriedade da verticalização das coligações partidárias? Justifique. **(Valor: 0,55)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO

QUESTÃO 2

Roberto, servidor público estadual, após se aposentar, surpreende-se com o corte do auxílio-alimentação que recebia quando em atividade. Indignado, requer à Administração que o referido benefício seja reinserido, já que o direito à alimentação integra o conceito de mínimo existencial. Todavia, ao negar o pedido, a Administração, alegando crise orçamentária, informa que esse direito, embora constitucionalmente previsto, é sempre hierarquicamente inferior aos demais direitos estabelecidos no rol de direitos fundamentais sociais, não tendo o Estado, portanto, o dever de contemplá-lo.

Inconformado com a resposta, Roberto procura um(a) advogado(a) para que esclareça os itens a seguir.

A) Diante do que informa o sistema jurídico-constitucional brasileiro e das informações acima apresentadas, há elementos jurídicos para reverter judicialmente a decisão administrativa do corte do auxílio-alimentação? **(Valor: 0,65)**

B) Independentemente da possibilidade ou impossibilidade jurídica do corte do auxílio-alimentação, a questão hierárquico-normativa suscitada pela Administração Pública pode ser considerada um argumento reconhecido pelo sistema jurídico-constitucional brasileiro? **(Valor: 0,60)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BASTUNTO

QUESTÃO 3

A Câmara de Vereadores do município Beta aprova projeto de lei que divide o mencionado município em dois, sem qualquer espécie de consulta pública à população e sem realizar qualquer estudo prévio de viabilidade do novo ente federativo.

O prefeito de Beta veta o referido projeto e a Câmara derruba o seu veto, promulgando a lei. Logo em seguida, o prefeito de Beta, inconformado com a norma aprovada, decide realizar um referendo a fim de saber a opinião da população local, a qual, após a consulta, manifesta-se favoravelmente ao desmembramento.

A partir da situação narrada, responda aos itens a seguir.

A) A referida norma municipal é constitucional? Justifique. **(Valor: 0,90)**

B) À luz do sistema constitucional vigente, seria possível a fusão do município Beta com o Município vizinho Alfa? Justifique. **(Valor: 0,35)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO

QUESTÃO 4

Em 1975, o Presidente da República estabeleceu, por decreto, que a localização da nova usina nuclear seria o Município Alfa. O Decreto de 1975 seguiu todas as prescrições legais então vigentes, sem nenhum tipo de violação à Constituição da época. Não obstante, tendo em vista diversos fatores econômicos, políticos e sociais, o início dos trabalhos ficou adiado para uma nova oportunidade. Com o advento da Constituição de 1988, o texto constitucional passou a determinar que a localização de usinas nucleares seja autorizada por Lei Federal.

Diante da narrativa acima, responda aos itens a seguir.

A) O Decreto do Presidente da República, editado em 1975, foi recepcionado pela nova Constituição? Justifique. **(Valor: 0,70)**

B) O atual Presidente da República pode, por Decreto Presidencial, alterar a localização da usina nuclear para o município Beta, no lugar de Alfa? Justifique. **(Valor: 0,55)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A simples menção ao dispositivo legal não será pontuada.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONALXXIII


Edson, idoso aposentado por invalidez pelo regime geral de previdência social, recebe um salário mínimo por mês. Durante mais de três décadas, esteve exposto a agentes nocivos à saúde, foi acometido por doença que exige o uso contínuo de medicamento controlado, cuja ministração fora da forma exigida pode colocar em risco a sua vida.

Em razão de sua situação pessoal, todo dia 5 comparece ao posto de saúde existente na localidade em que reside, retirando a quantidade necessária do medicamento para os próximos trinta dias. No último dia 5, foi informado, pelo Diretor do referido posto, que a central de distribuição não entregara o medicamento, já que o Município, em razão da crise financeira, não pagava os fornecedores havia cerca de seis meses.

Inconformado com a informação recebida, Edson formulou, logo no dia seguinte, requerimento endereçado ao Secretário Municipal de Saúde, autoridade responsável pela administração das dotações orçamentárias destinadas à área de saúde e pela aquisição dos medicamentos encaminhados à central de distribuição, órgão por ele dirigido. Na ocasião, esclareceu que a ausência do medicamento poderia colocar em risco sua própria vida.

Em resposta escrita, o Secretário reconheceu que Edson tinha necessidade do medicamento, o que fora documentado pelos médicos do posto de saúde, e informou que estavam sendo adotadas as providências necessárias à solução da questão, mas que tal somente ocorreria dali a 160 (cento e sessenta) dias, quando o governador do Estado prometera repassar receitas a serem aplicadas à saúde municipal. Nesse meio-tempo, sugeriu que Edson procurasse o serviço de emergência sempre que o seu estado de saúde apresentasse alguma piora.

Edson, de posse de toda a prova documental que por si só basta para demonstrar os fatos narrados, em especial a resposta do Secretário Municipal de Saúde, procura você, uma semana depois, para contratar seus serviços como advogado(a), solicitando o ajuizamento da medida judicial que ofereça resultados mais céleres, sem necessidade de longa instrução probatória, para que consiga obter o medicamento de que necessita.



Levando em consideração as informações expostas, ciente da desnecessidade da dilação probatória, elabore a medida judicial adequada, com todos os fundamentos jurídicos que conferem sustentação ao direito de Edson. **(Valor: 5,00)**

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

BASTUNTO

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

BRASCUINHO

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

BASUNTO

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

BASUNO

QUESTÃO 1

Determinado tratado internacional de proteção aos direitos humanos, após ser assinado pelo Presidente da República em 2005, foi aprovado, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por quatro quintos dos votos dos respectivos membros, sendo promulgado na ordem interna.

Após a sua promulgação na ordem jurídica interna, percebeu-se que ele era absolutamente incompatível com regra constitucional que disciplinava certo direito dos administrados perante a Administração Pública, já que o ampliava consideravelmente.

Com base na situação narrada, responda aos itens a seguir.

A) O referido tratado pode ser considerado norma válida de natureza constitucional? **(Valor: 0,75)**

B) Caso seja identificado algum vício de inconstitucionalidade, seria possível submeter esse tratado ao controle concentrado de constitucionalidade realizado pelo Supremo Tribunal Federal? **(Valor: 0,50)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO

QUESTÃO 2

João, vereador do Município X, e José, senador pelo Estado Y, ambos pertencentes ao Partido K, proferiram inflamado discurso em Brasília contra as atividades desenvolvidas por determinada autarquia federal. Ao final, concluíram que os resultados alcançados nos últimos anos por essa pessoa jurídica de direito público eram pífios, o que era mais que esperado, já que o seu presidente, o Sr. Antônio, “era sabidamente inapto para o exercício da função”.

Ao tomar conhecimento do discurso, o Sr. Antônio ficou transtornado. Afinal, era servidor público de carreira e era conhecido por todos pela lisura e seriedade do seu comportamento. Quanto aos maus resultados da autarquia, seriam sabidamente decorrentes da crise econômica que assolava o país, não da incompetência do seu presidente.

Por fim, o Sr. Antônio procurou o seu advogado e disse que queria adotar as providências necessárias para a responsabilização do vereador João e do senador José pelos danos causados à sua honra.

Considerando a situação hipotética apresentada, responda, de forma fundamentada, aos itens a seguir.

A) O vereador João e o senador José podem ser responsabilizados civilmente pelas ofensas à honra do Sr. Antônio? **(Valor: 0,75)**

B) O vereador João e o senador José, nas circunstâncias indicadas, seriam alcançados por alguma imunidade formal passível de influir na sua responsabilidade penal? **(Valor: 0,50)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO

QUESTÃO 3

Ernesto, de nacionalidade boliviana, imigrou para a República Federativa do Brasil em 2000 e, desde então, com aquiescência das autoridades brasileiras, fixou residência no território nacional. Cidadão de reputação ilibada e profundo admirador de nossa cultura, conheceu Cláudia, de nacionalidade portuguesa, também de reputação ilibada e que vivia no Brasil desde 2010.

Ernesto e Cláudia, que começaram a viver juntos há cerca de um ano, requereram a nacionalidade brasileira. Para surpresa de ambos, os requerimentos foram indeferidos. No caso de Ernesto, argumentou-se que suas características pessoais, como idade e profissão, não se enquadravam nas diretrizes da política nacional de migração. Quanto a Cláudia, argumentou-se a ausência de utilidade na naturalização, já que, por ser portuguesa, seria alcançada pelo estatuto da igualdade entre portugueses e brasileiros.

Inconformados com os indeferimentos, Ernesto e Cláudia procuraram os seus serviços como advogado(a) para que a situação de ambos fosse objeto de criteriosa análise jurídica.

Considerando a situação hipotética apresentada, responda, de forma fundamentada, aos itens a seguir.

A) Ernesto possui o direito subjetivo à obtenção da nacionalidade brasileira? *(Valor: 0,60)*

B) As razões invocadas para o indeferimento do requerimento de Cláudia mostram-se constitucionalmente corretas? **(Valor: 0,65)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BASUNO

QUESTÃO 4

Determinado cidadão (jurisdicionado) apresentou reclamação, perante o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em face de juiz do trabalho. Ao apreciar o caso, o CNJ, em sessão presidida pelo Conselheiro Presidente do Supremo Tribunal Federal, conhece da reclamação e instaura Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Considerando que os fundamentos da defesa já tinham sido amplamente apresentados pelo juiz do trabalho em suas manifestações públicas, o CNJ, em prol da celeridade processual, afastou a necessidade de nova manifestação do referido agente, tendo decidido pela aposentadoria do magistrado com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Considere a seguinte situação hipotética e responda aos itens a seguir.

A) O cidadão poderia ter se dirigido ao Conselho Nacional de Justiça na forma descrita? **(Valor: 0,60)**

B) O procedimento do Conselho Nacional de Justiça foi correto? **(Valor: 0,65)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL XXII

Após anos de defasagem salarial, milhares de trabalhadores que integravam o mesmo segmento profissional reuniram-se na sede do Sindicato W, legalmente constituído e em funcionamento há vinte anos, que representava os interesses da categoria, em assembleia geral convocada especialmente para deliberar a respeito das medidas a serem adotadas pelos sindicalizados.

Ao fim de ampla discussão, decidiram que, em vez da greve, que causaria grande prejuízo à população e à economia do país, iriam se encontrar nas praças da capital do Estado Alfa, com o objetivo de debater publicamente os interesses da categoria de forma organizada e ordeira, e ainda fariam passeatas semanais pelas principais ruas da capital. Em situações dessa natureza, a lei dispõe que seria necessária a prévia comunicação ao comandante da Polícia Militar.

No mesmo dia em que recebeu a comunicação dos encontros e das passeatas semanais, que teriam início em dez dias, o comandante da Polícia Militar, em decisão formalmente comunicada ao Sindicato W, decidiu indeferi-los, sob o argumento de que atrapalhariam o direito ao lazer nas praças e a tranquilidade das pessoas, os quais são protegidos pela ordem jurídica.

Inconformado com a decisão do comandante da Polícia Militar, o Sindicato W procurou um advogado e solicitou o manejo da ação judicial cabível, que dispensasse instrução probatória, considerando a farta prova documental existente, para que os trabalhadores pudessem cumprir o que foi deliberado na assembleia da categoria, no prazo inicialmente fixado, sob pena de esvaziamento da força do movimento. **(Valor: 5,00)**

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

BASTUNTO

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

BRASCUINO

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

BASUNTO

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

BASUNO

QUESTÃO 1

O Art. 123 da Constituição do estado Alfa, que teve sua redação alterada por Emenda à Constituição Estadual, promulgada em junho de 2016, dispõe que todos os municípios com mais de cinco mil habitantes situados no estado, entre os quais está o município Delta, deverão possuir, obrigatoriamente, um plano diretor, devidamente aprovado pela respectiva Câmara Municipal, que servirá como instrumento básico da política de desenvolvimento econômico e social e de expansão urbana.

Levando em consideração que o prefeito do município Delta, com apenas seis mil habitantes, não pretende fazer uso dos instrumentos previstos no Art. 182, § 4º, da CRFB/88, responda aos questionamentos a seguir.

A) O Art. 123 da Constituição do estado Alfa apresenta alguma incompatibilidade de ordem material com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988? **(Valor: 0,60)**

B) O Procurador-Geral da República poderia propor uma Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva contra o estado Alfa por violação de princípio constitucional sensível? **(Valor: 0,65)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BASUNO

QUESTÃO 2

Em uma Federação, sob o argumento de que, entre os governantes do estado Alfa (os anteriores e o atual), consolidou-se uma forma de atuação administrativa que privilegia de forma desmedida a população de determinada região geográfica, a população das outras regiões passou a pleitear autonomia política por meio de grandes manifestações. Para tanto, alimentam a pretensão de formar um novo estado-membro, a ser denominado estado Beta.

Diante do quadro acima e considerando o que informa o sistema jurídico-constitucional, responda aos itens a seguir.

A) De acordo com a CRFB/88, é viável a formação do estado Beta? **(Valor 0,45)**

B) O surgimento do estado Beta configurará o fenômeno da secessão? Justifique. **(Valor 0,40)**

C) Caso seja criado o estado Beta, de acordo com o sistema jurídico-constitucional brasileiro, suas competências materiais e legislativas estariam todas expressas na CRFB/88? Justifique. **(Valor 0,40)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO

QUESTÃO 3

O Supremo Tribunal Federal, há vinte anos, ao julgar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, reconheceu a constitucionalidade da Lei Federal W, que estabeleceu critérios para a fruição de determinado benefício assistencial, dentre os quais o limite da renda familiar.

Apesar do trânsito em julgado do acórdão proferido, determinado partido político entendia que os critérios estabelecidos pela Lei Federal W eram absolutamente incompatíveis com as características sociais e econômicas da realidade atual.

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar a referida ação, invocara as características sociais e econômicas da época para delinear o sentido das normas da Constituição da República utilizadas como paradigma de análise, o partido político procurou um advogado e solicitou a análise da questão.

Na posição de advogado do partido político, responda, de forma fundamentada, aos itens a seguir.

A) É possível que o sentido das referidas normas constitucionais, utilizadas como paradigma de análise, seja outro na atualidade, apesar de o texto constitucional permanecer o mesmo?

(Valor: 0,75)

B) A improcedência do pedido na referida Ação Direta de Inconstitucionalidade impede que nova ação dessa natureza tenha a Lei Federal W como objeto? **(Valor: 0,50)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO

QUESTÃO 4

No segundo ano do seu segundo mandato consecutivo, Maria da Silva, governadora do estado Alfa, divorcia-se de seu marido, Antônio da Silva, com quem era casada há muitos anos.

Antônio da Silva, que, no momento, não exerce qualquer cargo eletivo, mas sempre almejou concorrer ao cargo de senador, filia-se, em razão da separação, ao partido político oponente ao de sua ex-mulher. Ocorre que o partido solicita a ele, que, em vez de candidatar-se ao Senado Federal, apresente-se como candidato a governador do estado Alfa, de modo a suceder sua ex-mulher.

Diante do exposto, responda aos itens a seguir.

A) Antônio da Silva pode concorrer aos referidos cargos (senador ou governador)? Justifique.

(Valor: 0,80)

B) Seria diferente a análise do caso em tela se a dissolução do vínculo conjugal se desse em razão de morte da governadora no início do último ano do seu mandato? Justifique.

(Valor: 0, 45)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL XXV

Em matéria jornalística amplamente divulgada pela mídia, o prefeito do município Alfa, situado no estado Beta, é acusado pela imprensa local de negligenciar a saúde pública, deixando de realizar os investimentos constitucionais obrigatórios nos estabelecimentos médico-hospitalares situados na região.

Com o objetivo de tirar proveito da situação para se autopromover, o prefeito elabora a seguinte estratégia: após obter expressa aprovação do Secretário Municipal do Meio Ambiente, em procedimento administrativo formalmente instaurado, às custas do erário e sob o subterfúgio de publicidade institucional, providencia a instalação de um grande painel de publicidade (outdoor) na encosta de um dos morros da cidade, o que era vedado pela legislação ambiental federal. Trata-se de área de proteção ambiental e notório ponto turístico, tendo ampla visibilidade. No outdoor, são elencadas todas as ações e investimentos da prefeitura relacionados à área da saúde durante a gestão do atual prefeito.

Logo após a conclusão das obras, ambientalistas filiados a uma Organização Não Governamental (ONG) de proteção ao meio ambiente comparecem ao local e detectam, dentre outras consequências prejudiciais, que a iluminação usada no outdoor durante o período noturno traria resultados nocivos à biodiversidade, ameaçando a sobrevivência de espécies animais notívagas da região. Essa nocividade se tornaria irreversível caso a iluminação viesse a ser utilizada por algumas semanas.

Carlos, maior de idade, brasileiro nato no pleno gozo de seus direitos políticos, morador do Município Alfa, fica estarecido ao tomar ciência do fato e indignado com a inércia das autoridades locais competentes. Diante disso, comparece a um escritório de advocacia indagando se poderia, devidamente representado em juízo por advogado(a) legalmente habilitado(a), adotar pessoalmente alguma providência judicial diante das irregularidades apontadas.

Com base no caso concreto apresentado acima, utilizando o instrumento constitucional adequado, redija a petição inicial da medida judicial cabível. **(Valor: 5,00)**

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

BRASCUINHO

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

BASTUNTO

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

BRASCUINHO

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

BASUNO

QUESTÃO 1

O Presidente da República editou o Decreto X, que regulamentou a Lei Federal Z. Ocorre que o Congresso Nacional, ao examinar o teor do Decreto X, entendeu que ele criava direitos não previstos na Lei Federal Z, ferindo, portanto, o princípio da legalidade.

Considerando a situação hipotética apresentada, responda, de forma fundamentada, aos itens a seguir.

A) Que medida poderia ser adotada pelo Congresso Nacional para retirar os efeitos do Decreto X? **(Valor: 0,50)**

B) Caso o Presidente da República entenda que essa medida não tem qualquer fundamento, terminando por restringir a competência constitucional do Chefe do Executivo, é possível submetê-la ao controle concentrado de constitucionalidade realizado pelo Supremo Tribunal Federal? **(Valor: 0,75)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BASTUNTO

QUESTÃO 2

O Município Alfa, com o objetivo de solucionar a falta de profissionais dedicados à saúde pública, após o regular processo legislativo, altera a Lei Orgânica Municipal (LOM), de modo a permitir a acumulação remunerada de 3 (três) cargos de profissionais da área de saúde.

No que tange à acumulação de cargos, as normas da Constituição do estado em questão reproduzem as normas da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.

Dito isso, a associação municipal de enfermeiros resolve tomar providências, com o objetivo de afastar o novo regramento conferido pela LOM, pois entende que a referida acumulação acarretará desgaste à saúde dos profissionais e comprometerá a eficiência dos serviços prestados na área de saúde pública municipal.

A partir da situação narrada, responda aos itens a seguir.

A) Diante da autonomia federativa do Município Alfa, a referida norma da Lei Orgânica Municipal é constitucional? Justifique. **(Valor: 0,70)**

B) A Lei Orgânica Municipal que permitiu a acumulação de cargos pode ser objeto de ação de representação por inconstitucionalidade, ajuizada por um dos legitimados ativos previstos na Constituição Estadual? Justifique. **(Valor 0,55)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BASUNO

QUESTÃO 3

Edson, candidato ao cargo de Prefeito do município Alfa, ficou surpreso ao saber que o Tribunal Regional Eleitoral competente acabara de deferir o requerimento de registro da candidatura a esse mesmo cargo formulado por Pedro. O requerimento fora indeferido em primeira instância sob o argumento de ser incompatível com a Constituição da República, tese objeto de amplo debate em segunda instância e que terminou por ser rechaçada. A razão da surpresa de Edson decorria do fato de Pedro ter sido Prefeito do município Beta nas duas legislaturas imediatamente anteriores.

À luz desses fatos, Edson, que impugnara o registro da candidatura em primeira instância, procurou seu advogado para que ele o orientasse sobre os questionamentos a seguir.

A) O entendimento de que Pedro pode se candidatar ao cargo de Prefeito do Município Alfa é constitucional? Justifique. **(Valor: 0,65)**

B) Caso a decisão do Tribunal Regional Eleitoral seja considerada incompatível com a Constituição da República, é possível impugná-la por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental? **(Valor: 0,60)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO

QUESTÃO 4

Pedro, cidadão brasileiro, viu-se impossibilitado de exercer certos direitos e liberdades constitucionais em razão da falta de norma regulamentadora, sendo que o poder de iniciativa legislativa é reservado ao Presidente da República, cabendo ao Congresso Nacional apreciar o respectivo projeto.

Irresignado com a situação, Pedro formula os questionamentos a seguir.

A) Para combater a mora legislativa descrita na situação acima, qual a medida judicial a ser utilizada pelo cidadão? Justifique. **(Valor: 0,50)**

B) Qual é o órgão competente do Poder Judiciário para apreciar a medida judicial? Justifique. **(Valor: 0,35)**

C) Uma vez reconhecida a mora legislativa no processo que ele, Pedro, vier a instaurar, quais podem ser os efeitos da decisão judicial? **(Valor: 0,40)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BASUNO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL XXVI

Com o objetivo de zelar pelo primado da ética, a Assembleia Legislativa do Estado Alfa aprovou e o Governador do Estado sancionou uma minirreforma política, que direcionaria as eleições seguintes para os cargos de Deputado Estadual do Estado em questão.

Essa reforma foi veiculada por meio da Lei “X”. O Art. 1º dispunha que não seria admitido o registro de candidatura de qualquer pessoa com antecedentes criminais; o Art. 2º afastava a possibilidade de campanha eleitoral no rádio e na televisão para os partidos políticos que abrigassem, em seus quadros, pessoas com antecedentes criminais; o Art. 3º dispunha sobre as distintas formas de exercício da cidadania no território do respectivo Estado.

A Lei “X” do Estado Alfa foi saudada com grande entusiasmo pela população. Como o Art. 4º da Lei “X” dispunha que sua entrada em vigor seria imediata, aplicando-se inclusive às eleições que seriam realizadas três meses depois, era grande a expectativa de que as mudanças fossem percebidas de imediato.

Apesar desse entusiasmo, o Partido Político Sigma, que tem representantes no Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal), e sofreria grandes prejuízos com a entrada em vigor da Lei “X”, por deliberação do seu Diretório Nacional, decidiu ingressar com a medida judicial adequada, utilizando, como paradigma, a Constituição da República. Esperava com esse procedimento que a constitucionalidade in abstracto desse diploma normativo fosse questionada perante o tribunal competente.

Considerando a narrativa acima, na condição de advogado(a) do Partido Político Sigma, elabore a petição inicial da medida judicial cabível. **(Valor: 5,00)**

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

BASTUNTO

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

BASUNTO

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

BASUNTO

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

BASUNO

QUESTÃO 1

A sociedade empresária Vertical, que possui uma rede de lojas de material de construção nos Municípios A, B e C, decidiu abrir uma nova loja no Município D. Após realizar pesquisa de mercado, identificou o bairro XX como o de maior potencial para a construção civil. Ato contínuo, solicitou autorização à autoridade municipal competente para instalar sua nova loja no referido bairro.

Para surpresa da sociedade empresária Vertical, o requerimento formulado à autoridade competente do Município D foi indeferido sob o argumento de que o bairro XX já contava com quatro lojas de material de construção, sendo que a Lei Municipal nº 123/10 vedava que estabelecimentos dessa natureza fossem instalados, no mesmo bairro, a menos de 500m de distância um do outro, óbice que não poderia ser contornado naquele caso. Manejados os recursos administrativos cabíveis e esgotada a via administrativa, a proibição foi mantida.

À luz da narrativa acima, responda aos questionamentos a seguir.

A) A Lei nº 123/10, do Município D, apresenta alguma incompatibilidade de ordem material com a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988? **(Valor: 0,60)**

B) A sociedade empresária Vertical tem legitimidade para impugnar, perante o Supremo Tribunal Federal, a decisão da autoridade competente do Município D, que indeferiu o pedido de autorização para a instalação da loja de material de construção no bairro XX? **(Valor: 0,65)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO

QUESTÃO 2

A Lei nº 123/17 do Estado Ômega, dispôs que os estacionamentos explorados em caráter comercial deveriam cobrar valores proporcionais ao tempo de uso do respectivo espaço, nos termos do regulamento, vedada a cobrança de tarifa única. Com base nesse diploma normativo, foi editado o Decreto nº 45/17, que definiu, de modo proporcional ao tempo de uso, o escalonamento de valores a serem cobrados.

Insatisfeito com esse estado de coisas, um legitimado à deflagração do controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal procurou você, como advogado(a), e formulou os questionamentos a seguir.

A) É possível ajuizar a Ação Direta de Inconstitucionalidade apenas para impugnar o Decreto nº 45/17, não a Lei nº 123/17? Justifique. **(Valor: 0,60)**

B) É possível ajuizar a Ação Direta de Inconstitucionalidade para impugnar a Lei nº 123/17 e o Decreto nº 45/17, que a regulamenta? Justifique. **(Valor: 0,65)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BASUNTO

QUESTÃO 3

O Congresso Nacional estabeleceu novas regras gerais sobre o regime dos portos brasileiros. Imediatamente, a Assembleia Legislativa do Estado Alfa, interessada na temática, posto estar em fase final a construção de um grande porto no Estado, legislou sobre questões específicas da matéria.

Inconformado com o teor das normas específicas estabelecidas pela Lei Y, de autoria do Estado Alfa, que poderiam causar grande prejuízo aos interesses econômicos e políticos do Estado Beta, o governador de Beta solicitou que sua assessoria jurídica respondesse, com base no que informa o sistema jurídico-constitucional brasileiro, às indagações a seguir.

A) Pode o Estado Alfa produzir a normatização específica a que se refere o enunciado? Justifique. **(Valor: 0,60)**

B) Está o governador do Estado Beta legitimado a questionar a constitucionalidade da Lei Y, do Estado Alfa, por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)? Justifique. **(Valor: 0,65)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO

QUESTÃO 4

O Presidente da República, ao constatar que o índice de violência no Estado Delta alcançara números alarmantes, resolveu decretar a intervenção federal nesse Estado. Apresentou como justificativa a necessidade de pôr fim a grave comprometimento da ordem pública. Ao consultar os Conselhos da República e de Defesa Nacional, esses órgãos desaconselharam a medida, entendendo que outras ações menos invasivas na esfera de autonomia do referido Estado poderiam ser tomadas. Todavia, convicto de que a ação se fazia absolutamente necessária, o Presidente, agindo de ofício, decretou a intervenção, sem submeter a referida questão ao controle político.

Diante de tal fato, responda, tendo por pressuposto a inteligência jurídico-constitucional da Constituição da República de 1988, aos itens a seguir.

A) No caso em tela, havia necessidade de a referida intervenção ter sido submetida a algum controle prévio de natureza política? **(Valor: 0,60)**

B) O Presidente da República, ao decretar a intervenção federal desconsiderando os aconselhamentos dos Conselhos da República e de Defesa Nacional, agiu nos limites constitucionais a ele impostos? Justifique. **(Valor: 0,65)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL XXVIII

A sociedade empresária K, concessionária do serviço de manutenção de uma estrada municipal, na qual deveria realizar investimentos sendo remunerada com o valor do pedágio pago pelos usuários do serviço, decidiu ampliar suas instalações de apoio. Após amplos estudos, foi identificado o local que melhor atenderia às suas necessidades. Ato contínuo, os equipamentos foram alugados e foi providenciado o cerco do local com tapumes. De imediato, foi fixada a placa, assinada por engenheiro responsável, indicando a natureza da obra a ser realizada e a data do seu início, o que ocorreria trinta dias depois, prazo necessário para a conclusão dos preparativos.

João da Silva, usuário da rodovia e candidato ao cargo de deputado estadual no processo eleitoral que estava em curso, ficou surpreso com a iniciativa da sociedade empresária K, pois era público e notório que o local escolhido era uma área de preservação ambiental permanente do Município Alfa. Considerando esse dado, formulou requerimento, dirigido à concessionária, solicitando que a obra não fosse realizada. A sociedade empresária K indeferiu o requerimento, sob o argumento de que o local escolhido fora aprovado pelo Município, que concedeu a respectiva licença, assinada pelo prefeito Pedro dos Santos, permitindo o início das obras. O local, ademais, era o que traria maiores benefícios aos usuários.

João da Silva, irresignado com esse estado de coisas, contratou seus serviços, como advogado(a). Ele afirmou que quer propor uma ação judicial para que seja declarada a nulidade da licença concedida e impedida a iminente realização das obras no local escolhido, que abriga diversas espécies raras da flora e da fauna silvestre.

Levando em consideração as informações expostas, elabore a medida judicial adequada, com todos os fundamentos jurídicos que confirmam sustentação à pretensão.

(Valor: 5,00)

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

BASTUNTO

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

BASTUNTO

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

BASUNO

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

BASUNO

QUESTÃO 1

Em razão do grande quantitativo de acidentes fatais na área urbana, a Câmara Municipal do Município Alfa aprovou e o Prefeito Municipal sancionou a Lei nº 123/2018. Esse diploma normativo previu multas um pouco mais elevadas que aquelas previstas no Código de Trânsito Brasileiro para os motoristas que trafegassem em velocidade superior à permitida no território do Município Alfa.

À luz da narrativa acima, responda aos questionamentos a seguir.

A) A Lei nº 123/2018, do Município Alfa, sob o prisma formal, está em harmonia com a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988? Justifique. **(Valor: 0,60)**

B) Se a lei municipal se limitar a estabelecer a velocidade máxima a ser observada nas vias urbanas do Município, há alguma incompatibilidade formal com a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988? Justifique. **(Valor: 0,65)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO

QUESTÃO 2

O Partido Político Alfa, com representação no Congresso Nacional, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade impugnando a Medida Provisória nº 123/2017, a qual, no seu entender, seria dissonante da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. No curso do processo objetivo, a referida Medida Provisória foi convertida na Lei Federal nº 211/2018.

À luz dessa narrativa, responda aos questionamentos a seguir.

A) Com a conversão da Medida Provisória nº 123/2017 na Lei Federal nº 211/2018, que medida deve ser adotada pelo autor para o prosseguimento do processo de controle concentrado de constitucionalidade? Justifique. **(Valor: 0,65)**

B) Se a Medida Provisória nº 123/2017 tivesse, antes da conversão, sido integralmente revogada por lei superveniente, qual seria a consequência para o processo de controle concentrado de constitucionalidade? Justifique. **(Valor: 0,60)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO

QUESTÃO 3

A Executiva Nacional do Partido Político CX decidiu formar coligação com o Partido Político JT, visando à eleição majoritária para a Chefia do Executivo Federal. Ocorre que, dias depois, tomou conhecimento de que este último partido político, por sua Executiva Estadual, veio a formar coligação com o Partido Político BN para as eleições proporcionais de nível estadual.

Preocupada com essa situação, a Executiva Nacional do Partido Político CX procurou seus serviços como advogado(a) e solicitou que fossem respondidos os questionamentos a seguir.

A) O Partido Político JT agiu de forma compatível com a Constituição da República ao formar coligações com os partidos políticos CX e BN? **(Valor: 0,50)**

B) Caso a Justiça Eleitoral, pelo Tribunal Regional Eleitoral competente, reconheça que a coligação formada entre os Partidos Políticos JT e BN destoa da Constituição da República, qual é o Tribunal competente para conhecer do recurso cabível? **(Valor: 0,75)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BASUNTO

QUESTÃO 4

João da Silva, servidor público estadual, respondeu a processo administrativo disciplinar sob a alegação de ter praticado determinada infração no exercício da função. Ao final, foi condenado e sofreu a sanção de advertência.

A conduta de João, apesar de eticamente reprovável, somente foi tipificada em lei em momento posterior à sua prática, o que foi considerado irrelevante pela autoridade administrativa competente, pois “inexistiria norma constitucional vedando a retroação da lei que tipificou a infração administrativa.” Além disso, João não constituiu advogado para sua defesa técnica no processo administrativo.

Considerando a narrativa acima, responda aos questionamentos a seguir.

A) A tese da autoridade administrativa, no sentido de que a retroação da tipificação da infração não é vedada pela Constituição da República, está correta? Justifique. **(Valor: 0,65)**

B) Sob a ótica constitucional, o processo administrativo a que João respondeu sem a representação técnica de advogado é válido? **(Valor: 0,60)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BASUNTO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL XXXII

Após regular aprovação em concurso público de provas e títulos, João da Silva foi nomeado e empossado no cargo de técnico administrativo de nível médio, vinculado ao Poder Executivo do Município Alfa. Exerceu suas funções com grande dedicação por mais de uma década. Durante esse período, também teve oportunidade de concluir o curso de Administração de Empresas.

Assim que João concluiu a faculdade, foi editada a Lei Municipal nº 123/18, que permitia aos ocupantes do cargo de provimento efetivo de técnico administrativo de nível médio, desde que preenchessem os requisitos exigidos, optarem pela transposição para o cargo de auditor administrativo de nível superior, passando a integrar a respectiva carreira.

Poucos dias após a promulgação da Lei Municipal nº 123/18, um ocupante do cargo de auditor administrativo de nível superior faleceu e, com a vacância, João formulou o requerimento de transposição, o qual foi imediatamente deferido pela Administração Pública. Com isso, Mário, único candidato aprovado no concurso público destinado ao provimento do cargo de auditor administrativo de nível superior, que ainda não fora nomeado, foi preterido.

Mário, irresignado com a situação, interpôs recurso, que foi apreciado por todas as instâncias administrativas, não tendo sido acolhida a tese de que a Lei Municipal nº 123/18 afrontava o teor de Súmula Vinculante. Acresça-se que a validade do concurso iria exaurir-se no fim do mês seguinte, e Mário estava desempregado.

À luz desse quadro, como advogado(a), redija a peça processual mais adequada, perante o Supremo Tribunal Federal, para combater a nomeação de João para o cargo de auditor administrativo de nível superior. **(Valor: 5,00)**

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal ou de Súmula não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BASUNO

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

BASTUNTO

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

BASUNO

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

BASUNTO

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

BASUNO

QUESTÃO 1

Determinado legitimado à deflagração do controle abstrato de constitucionalidade no âmbito do Estado Alfa ajuizou representação de inconstitucionalidade perante o respectivo Tribunal de Justiça. O pedido formulado é o de que seja declarada a inconstitucionalidade do Art. 1º da Lei do Estado Alfa nº 123/2018, por afrontar o Art. 66, § 2º, da CRFB/88, já que o Governador do Estado, ao vetar apenas o vocábulo “não”, inverteu o sentido do texto normativo aprovado pela Assembleia Legislativa. Ressalte-se que o referido preceito da CRFB/88 não foi reproduzido na Constituição do Estado Alfa.

Sobre o caso apresentado, responda aos itens a seguir.

A) A representação de inconstitucionalidade pode ser conhecida? **(Valor: 0,70)**

B) O posterior ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, impugnando a Lei do Estado Alfa nº 123/2018, produzirá algum reflexo na representação de inconstitucionalidade em tramitação? **(Valor: 0,55)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO

QUESTÃO 2

Antônio, na condição de consumidor, celebrou contrato com determinada concessionária de serviço público de telefonia, vinculada à União e sujeita à fiscalização de uma agência reguladora federal. Poucos anos após a celebração, a ele foi informado que a concessionária partilharia, com seus parceiros comerciais, as localidades em que estão situados os números de telefone aos quais Antônio se conecta regularmente. O objetivo era o de contribuir para o delineamento do seu perfil, de modo a facilitar a identificação da propaganda comercial de seu interesse. Acresça-se que tanto a União quanto a agência reguladora federal divulgaram comunicados oficiais informando que não tinham qualquer interesse na discussão a respeito dos referidos atos da concessionária.

Insatisfeito com o teor do comunicado recebido, Antônio procurou você, como advogado(a), e solicitou que respondesse aos questionamentos a seguir.

A) A partilha de informações a ser realizada pela concessionária é compatível com a Constituição da República? **(Valor: 0,60)**

B) Qual é o órgão do Poder Judiciário competente para processar e julgar a demanda que venha a ser ajuizada em face da concessionária? **(Valor: 0,65)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BASUNTO

QUESTÃO 3

A população do Estado Beta estava insatisfeita com a elevada circulação de pessoas em uma ilha situada no Rio WW, que separava o referido Estado do país XX. A ilha estava na direção do território do Estado Beta, sendo que a circulação de pessoas era potencialmente lesiva ao meio ambiente, que poderia vir a ser afetado caso o quadro não se alterasse.

À luz dos fatos, um conhecido ativista formulou os questionamentos a seguir ao seu advogado.

A) O Estado pode legislar sobre a circulação de pessoas na referida ilha? **(Valor: 0,80)**

B) Existe alguma medida judicial passível de ser ajuizada por um cidadão para evitar que sejam causados danos ao meio ambiente, como descrito no enunciado? **(Valor: 0,45)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO

QUESTÃO 4

O Governador do Estado Alfa foi convocado pela Comissão de Trabalho e Cidadania da Assembleia Legislativa para prestar esclarecimentos a respeito de notícias de que os servidores públicos vinculados ao Poder Executivo estavam sendo submetidos a condições insalubres no ambiente de trabalho.

Por perceber, na iniciativa, uma forma de comprometer a sua popularidade, pois liderava as pesquisas para o pleito vindouro, ocasião em que buscava a reeleição, o Governador do Estado formulou, à sua Assessoria, os questionamentos a seguir.

A) A convocação pela Comissão de Trabalho e Cidadania da Assembleia Legislativa é compatível com a Constituição da República? **(Valor: 0,75)**

B) Qual ação constitucional poderia ser utilizada para se buscar um provimento jurisdicional que o desobrigasse de atender à convocação? **(Valor: 0,50)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO


PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONALXXXIII

Em um cenário de grave crise econômica, com franco decréscimo da atividade produtiva, foi aprovada a Lei Federal nº XX/2018, cujo objetivo era estimular a produção de gêneros agrícolas, especialmente em regiões de baixa renda, assoladas por secas frequentes.

Para alcançar esse objetivo, o Art. 1º dispôs que as atividades produtivas desenvolvidas por pequenos e médios proprietários rurais, nas regiões em desenvolvimento que preenchessem os referidos requisitos, seriam destinatárias de cooperação da União, de modo que, em suas glebas, fossem estabelecidas fontes de pequena irrigação. O Art. 2º acresceu que a União deveria adotar as medidas administrativas necessárias para que os rios existentes nessas regiões tivessem o seu aproveitamento econômico e social priorizado. Por fim, o Art. 3º dispôs que a implementação dos projetos referidos no Art. 2º, pela sua amplitude, deveria ser antecedida dos estudos prévios de impacto ambiental.

A Lei Federal nº XX/2018, embora tenha sido intensamente comemorada pelas comunidades que seriam beneficiadas pelos seus comandos, foi severamente criticada por diversos grupos econômicos. Argumentou-se, em detrimento desse diploma normativo, que ele afrontava (i) a livre iniciativa, pois aumentaria a capacidade de produção dos pequenos e médios proprietários rurais, prejudicando a custosa manutenção das grandes propriedades produtivas; e, principalmente, (ii) a isonomia, já que todos os proprietários rurais deveriam receber os mesmos incentivos, e (iii) a desnecessidade dos estudos prévios de impacto ambiental, que somente deveriam ser exigidos se houvesse notícia de dano ao meio ambiente.

Esses argumentos terminaram por ser acolhidos pelos órgãos federais competentes, que simplesmente não estavam aplicando os recursos disponíveis, em conformidade com os prazos fixados. Os interessados, por sua vez, não estavam logrando êxito em reverter esse entendimento perante o Poder Judiciário, sendo inúmeras as decisões de indeferimento dos pleitos formulados, havendo, inclusive, uma ação civil pública promovida por associação vinculada aos grandes produtores rurais, na qual veio a ser proferido provimento cautelar vedando a implementação dos comandos legais. A situação ainda se tornava mais dramática



porque, nos próximos anos, a seca nas regiões beneficiadas pela Lei Federal nº XX/2018 será a mais severa das últimas décadas, inviabilizando por completo qualquer atividade produtiva caso os seus comandos não sejam implementados.

À luz desse quadro, a Mesa do Senado Federal solicitou a um(a) advogado(a), que também assinaria a petição inicial, a identificação do instrumento adequado para a deflagração do controle concentrado de constitucionalidade, de modo que fossem superados os obstáculos opostos à aplicação da Lei Federal nº XX/2018.

Elabore a petição inicial da medida judicial cabível. **(Valor: 5,00)**

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

BRASCUINHO

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

BRASCUINO

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

BASUNTO

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

BASUNO

QUESTÃO 1

Com o objetivo declarado de proteger a pessoa humana, foi promulgada, no Município Alfa, a Lei nº 123/2018, que estabeleceu certos limitadores a serem observados, em seu território, na veiculação de anúncios pagos com o fim de divulgação e comercialização de produtos nocivos à saúde.

Sobre a hipótese, responda aos itens a seguir.

A) A Lei nº 123/2018 é compatível com a Constituição da República? **(Valor: 0,60)**

B) Há algum instrumento que permita submetê-la ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal? **(Valor: 0,65)**

Obs.: o examinando deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO

QUESTÃO 2

Após longa disputa judicial com o Estado Beta, foi dado ganho de causa ao cliente de José dos Santos, único advogado que atuara na causa. Em razão da sucumbência, o Estado Beta foi condenado a pagar honorários advocatícios a José em valores milionários. Com a execução dos honorários advocatícios, José foi informado que o seu crédito foi inserido, por decisão do Presidente do Tribunal de Justiça local, na ordem geral de precatórios.

Sobre o caso narrado, responda aos itens a seguir.

A) A decisão do Presidente do Tribunal de Justiça é compatível com a Constituição da República? **(Valor: 0,60)**

B) Preenchidos os requisitos exigidos, qual é a medida constitucional passível de ser ajuizada por José para impugnar a decisão proferida pelo Presidente do Tribunal de Justiça perante o Supremo Tribunal Federal? **(Valor: 0,65)**

Obs.: o examinando deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BASTUNTO

QUESTÃO 3

A sociedade de economia mista WW, vinculada ao Poder Executivo Federal, atuava intensamente no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. Apesar da sua importância, seus resultados, desde a criação, sempre foram deficitários, o que exige que lhe sejam direcionadas dotações orçamentárias para fazer face ao pagamento dos materiais de consumo.

Ao se inteirar da situação financeira da referida sociedade, o deputado federal João foi informado que os vencimentos pagos aos seus dirigentes superavam os subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

A partir da narrativa acima, responda aos questionamentos a seguir.

A) O valor dos vencimentos pagos aos dirigentes da sociedade de economia mista WW é compatível com a ordem constitucional? **(Valor: 0,60)**

B) Caso João queira insurgir-se contra os valores pagos aos dirigentes da sociedade de economia mista WW, qual é a ação constitucional que ele pode ajuizar? **(Valor: 0,65)**

Obs.: o examinando deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO

QUESTÃO 4

Maria e Pedro são filhos de Joana, governadora do Estado Teta. Maria é vereadora do Município Gama, situado no referido Estado, e tenciona concorrer à reeleição. Alice, ex-esposa de Pedro, do qual se divorciara no curso do mandato de Joana, almeja concorrer, pela primeira vez, ao cargo de deputada estadual no Estado Teta.

Tanto Maria como Alice iriam concorrer aos respectivos cargos eletivos durante o mandato de Joana, que se encontra em pleno exercício.

A) Maria pode concorrer ao cargo eletivo almejado? Justifique. **(Valor: 0,60)**






B) Alice pode concorrer ao cargo eletivo almejado? Justifique. **(Valor: 0,65)**






Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO

ANEXO – ESPELHO DE PROVAS

<p>TODOS OS EXAMES DA OAB https://oab.fgv.br/</p>	
<p>XVII EXAME DE ORDEM UNIFICADO https://oab.fgv.br/arq/616/06102015104657_GABARITO%20JUSTIFICADO%20-%20DIREITO%20CONSTITUCIONAL.pdf</p>	
<p>XXV EXAME DE ORDEM UNIFICADO https://oab.fgv.br/arq/628/131883_GABARITO%20JUSTIFICADO%20-%20DIREITO%20CONSTITUCIONAL.pdf</p>	
<p>XIX EXAME DE ORDEM UNIFICADO https://oab.fgv.br/arq/620/29052016175906_GABARITO%20JUSTIFICADO%20-%20DIREITO%20CONSTITUCIONAL.pdf</p>	
<p>XXXIII EXAME DE ORDEM UNIFICADO https://oab.fgv.br/arq/636/643132_GABARITO%20JUSTIFICADO%20-%20DIREITO%20CONSTITUCIONAL.pdf</p>	

<p>XXVIII EXAME DE ORDEM UNIFICADO https://oab.fgv.br/arq/631/373189_GABARITO%20JUSTIFICADO%20-%20DIREITO%20CONSTITUCIONAL.pdf</p>	
<p>XXI EXAME DE ORDEM UNIFICADO https://oab.fgv.br/arq/624/14022017171138_DIREITO%20CONSTITUCIONAL_.pdf</p>	
<p>XXIII EXAME DE ORDEM UNIFICADO https://oab.fgv.br/arq/626/168391_GABARITO%20COMPLETO%20-%20DIREITO%20CONSTITUCIONAL.pdf</p>	
<p>XXXII EXAME DE ORDEM UNIFICADO https://oab.fgv.br/arq/635/644003_GABARITO%20JUSTIFICADO%20-%20DIREITO%20CONSTITUCIONAL%20-REVISADA.pdf</p>	
<p>XXIV EXAME DE ORDEM UNIFICADO https://oab.fgv.br/arq/627/387491_GABARITO%20JUSTIFICADO%20-%20DIREITO%20CONSTITUCIONAL.pdf</p>	

<p>XXII EXAME DE ORDEM UNIFICADO https://oab.fgv.br/arq/625/154934_GABARITO%20JUSTIFICADO%20-%20DIREITO%20CONSTITUCIONAL.PDF</p>	
<p>XXVI EXAME DE ORDEM UNIFICADO https://oab.fgv.br/arq/629/373567_GABARITO%20JUSTIFICADO%20-%20DIREITO%20CONSTITUCIONAL.pdf</p>	

Sobre os Autores

Deivison de Castro Rodrigue

Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional (Acadêmico) pela Universidade de Taubaté - SP. Pós-graduação em Direito Constitucional Aplicado (2022) pelo Instituto Legale. Pós-graduação em Direito Previdenciário (2014) e LLM em Direito Empresarial (2018) pelo Instituto AVM. Professor Universitário desde 2016. Atualmente, Docente e membro do CEP da Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, Campus Dianópolis. Advogado e consultor jurídico desde 2012..

Beatriz Cilene Mafra Neves Bigeli

Possui graduação em Direito pela Universidade Católica de Goiás (2005). Especialista em Direito Público - Constitucional e Administrativo (Uni Anhanguera). Mestre em Programa de Mestrado Acadêmico - Planejamento e Desenvolvimento Regional (Unitau). Atualmente é coordenadora do Curso de Direito da Universidade Estadual do Tocantins - Campus Dianópolis. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito, atuando principalmente no seguinte tema: Direito Público; Planejamento; Desenvolvimento Regional, Território, Cooperativismo.

Mateus Alves de Castro

Possui graduação em Direito pela Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS. Atualmente é Assessor Técnico da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, atuando principalmente com o seguinte tema: Direito Penal; Processual Penal; Execução Penal e Direito das Famílias.

Índice Remissivo

A

acadêmica 9, 42
ação 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 37, 40, 41
ações 10, 14, 28, 41
administrativo 18, 19, 30
assistência 13
ativos 13, 18, 21, 28, 35, 38
autoridade 26, 30, 31, 32, 35, 38, 39

C

cidadania 25, 37
cidadão 24, 25, 27
comunidade 9, 42
conceituação 24, 30
confederação 12
constitucional 2, 10, 11, 13, 18, 19, 21, 24, 30, 31, 33, 37, 41
constitucionalidade 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 41

D

direito 10, 25, 28, 30, 31, 32, 35, 37, 38, 41
direitos 10, 25, 27, 28, 31, 37, 38, 40, 41
direta 10, 11, 12, 14, 17, 24, 26, 37, 39, 41
documentos 15, 39

E

economia 24, 32
empresas 24, 28, 32
executivo 19
exercício 11, 30, 31, 32, 37, 38, 40

F

fiscal 15
força 10, 13, 14
formação 13, 14

H

hipóteses 14, 26
histórico 24, 27, 41

I

inconstitucionalidade 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 23, 37, 41

injunção 37, 38, 39, 40, 41
instruções 18
instrumento 15, 27

J

judiciário 19, 21
julgamento 11, 12, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 26, 27, 33, 37, 39, 41
jurídica 11, 14, 16, 21, 22, 24, 25, 28, 30, 32, 34, 35, 38
jurídicas 24, 25, 28, 31, 32, 37
jurídicos 15, 22, 25
jurisdicional 10, 30

L

legalidade 24
legislação 14, 17, 24
legislativa 11, 23, 39, 40
legislativas 11, 14
legislativo 13, 19
legitimidade 37
lei 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 23, 26, 27, 34, 38, 39, 41
leis 11, 21, 41
liberdade 37
liberdades 37, 38, 40

M

meio ambiente 24, 27, 28

N

norma 11, 13, 15, 16, 18, 26, 37, 38, 39, 40
normas 10, 11, 18, 37, 38
normativa 10, 18
normativas 13, 14
normativo 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22
normativos 11, 14

O

órgãos 13, 16, 17, 19, 31, 32, 39

P

partido 12, 38
partidos políticos 13, 31, 32
patrimônio 24, 25, 26, 27
petição 15, 38, 39

político 12, 14, 36, 38
práticos 9, 42
prerrogativa 37
processar 10, 11, 18, 21, 26, 32, 33, 38, 39
processo 10, 13, 14, 19, 22, 27, 37, 41
processual 18, 27, 31, 38
proteção 28, 31, 35, 41
público 20, 24, 25, 27, 28, 31, 32
públicos 24, 31, 34

R

recurso 11, 15
relevância 14, 19

S

segurança 16, 28, 30, 31, 32, 33, 35, 41
servidores 34
síndrome 18, 37
soberania 24, 37

V

vício 14



AYA EDITORA

2023